cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.08 06:37:25 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 8 de março de 2023 • Nº 1514 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

EMPREENDEDORAS

Mulheres donas de 'seus negócios' batem recorde

A escassez de vagas de trabalho na área de educação na fase inicial da pandemia levou Rafaela Azevedo de Jesus, 25, a abrir um negócio próprio em 2020. Estudante de letras, a jovem montou à época um delivery de comida vegana no município baiano de Alagoinhas (a cerca de 120 km de Salvador). Desde então, especializou-se no ramo, formalizou a empresa e passou a planejar a abertura de um restaurante em um espaço físico. O que era um "tapa-buraco" virou empreendedorismo, segundo a jovem. "Quero viver do meu negócio", afirma Rafaela, que é vegana e sentia falta de opções de pratos para esse público na sua cidade. Histórias como a de Rafaela encontram respaldo em estatísticas. No terceiro trimestre de 2022, o número de donas de negócios alcançou 10,3 milhões no Brasil. Trata-se do nível recorde de uma série histórica iniciada no terceiro trimestre de 2016. PÁGINA 5

TRABALHO ESCRAVO

Juristas pedem expropriação das terras de 'escravagistas'

sApós o resgate de mais de 200 trabalhadores em situação semelhante à escravidão em vinícolas do Sul do país, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia quer a expropriação dessas terras e o confisco dos bens das empresas, como prevê o Artigo 243 da Constituição Federal. O entendimento é o de que, além de sofrer no bolso, os responsáveis – diretos ou indiretos – devem responder criminalmente por isso. Um manifesto público foi divulgado e conta, até o momento, com centenas de assinaturas. Para Ney Strozake, da Associação de Juristas pela Democracia, é preciso que a Salton, a Aurora e a Garibaldi assumam a responsabilidade por terem contratado uma empresa terceirizada para a colheita das uvas. "Não dá para dizer que a empresa que contratava a empresa terceirizada não sabia. PÁGINA 17

EXPLORAÇÃO

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS

Luiz Marinho enquadra Uber: 'Se quiser ir embora, pode ir'

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (**foto**), minimizou ontem a possibilidade de plataformas deixarem o país em caso de regulação trabalhista dos aplicativos e disse que "se for embora, é problema da Uber". O ministro participou de reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, em Brasília. Em fevereiro, Marinho defendeu a criação de um novo aplicativo de transporte caso as plataformas parassem de atuar no país por discordar de uma futura regulamentação trabalhista no setor. Ontem, ele afirmou que a questão envolvendo trabalhadores nas plataformas era complexa. "Uma pergunta muito agressiva, e se a Uber e se as plataformas não gostarem do processo de formalização? Eu sinto muito. PÁGINA 2

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Alerj inaugura sala em defesa dos direitos das mulheres

No Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, a Assembleia Legislativa (Alerj) inaugura uma sala de defesa dos direitos da mulher, com atendimento psicológico e jurídico para vítimas de violência. O anúncio foi feito ontem pela deputada Renata Souza, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Para Renata, os números de feminicídios no estado do Rio são alarmantes. "De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), houve aumento de 22% nos casos em 2022 em comparação ao ano anterior. No estado do Rio, 103 mulheres foram vítimas de feminicídio no ano passado", disse a parlamentar. Segundo a deputada, é preciso aumentar o orçamento para políticas públicas destinadas à mulher no estado. "Orçamento significa prioridade do governo para um determinado tema", disse Renata, ao participar de audiência pública sobre os crescentes casos de feminicídio, na sede do Legislativo fluminense, no centro da cidade. PÁGINA 12

APÓS 8 DE JANEIRO

Gilmar diz que regulação das redes sociais deve ser feita com urgência

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

O decano do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes (**foto**), afirmou ontem que a regulação das redes sociais deve ser feita o quanto antes e que as condições para que isso aconteça foram fortalecidas após os ataques golpistas às sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro. "É urgente a disciplina das redes sociais", afirmou Gilmar, em um evento em comemoração aos 30 anos da AGU (Advocacia-Geral da União), em Brasília. "É fundamental que as plataformas sejam responsabilizadas pelas suas ações ou pelas suas omissões", acrescentou o ministro do Supremo. PÁGINA 17

12 ANOS DEPOIS

Brasil poderá exportar carne bovina para o México

A partir desta semana, o Brasil pode exportar carne bovina para o México. O país habilitou 34 plantas frigoríficas a venderem para o mercado mexicano, após 12 anos de negociações. O México poderá comprar carne bovina de Santa Catarina, estado reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como zona livre de febre aftosa. O país também poderá comprar carne in natura e desossada de outros 14 estados declarados livres de febre aftosa, com vacinação. Segunda-feira, o governo mexicano publicou os requisitos zoosanitários para a compra de carne bovina do Brasil, último passo para a liberação dos 34 frigoríficos. A autorização ocorre um mês após o México liberar a importação da carne suína brasileira. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,45% / 104.227,93 / -472,39 / Volume: R$ 21.069.458.420 / Negócios: 3.361.628

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AZUL PN N2	12.00	+20.12	+2.01
CVC BRASIL ON NM	3.67	+9.88	+0.33
GOL PN N2	6.71	+5.67	+0.36
QUALICORP ON NM	4.51	+4.16	+0.18
BRADESCO PN EJ N1	13.60	+2.33	+0.31

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
DEXCO ON NM	6.18	–6.79	–0.45
BRF SA ON NM	6.89	–4.17	–0.30
PETROBRAS PN N2	25.10	–3.31	–0.86
PETROBRAS ON N2	28.52	–3.03	–0.89
PETRORIO ON NM	33.59	–3.00	–1.04

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	85.33	–0.95	–0.82
PETROBRAS PN N2	25.10	–3.31	–0.86
BRADESCO PN EJ N1	13.60	+2.33	+0.31
BRASIL ON EX NM	39.60	+2.30	+0.89
AZUL PN N2	12.00	+20.12	+2.01

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.856,46	-1,72
NASDAQ Composite	11.530,332	-1,25
Euro STOXX 50	4.278,25	-0,78
CAC 40	7.387,94	+0,20
FTSE 100	7.919,48	-0,13
DAX 30	15.559,53	-0,60

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (01/02)	13,75%
Poupança 3 8/3)	0,74%
TR (prefixada) (mar./23)	0,2392%
IGP-M	-0,06% (fev.)
IPCA 5	0,78% (fev.)
CDI 0,25	até o dia 07/mar.
OURO BM&F/grama	R$ 298,75
EURO Comercial	Compra: 5,4799 Venda: 5,4805
EURO turismo	Compra: 5,5256 Venda: 5,7056
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1895 Venda: 5,1901
DÓLAR comercial	Compra: 5,1926 Venda: 5,1932
DÓLAR turismo	Compra: 5,2064 Venda: 5,3864

Economia

MERCADOS

Dólar fecha em alta e Bolsa encerra o dia em queda de 0,45%

O dólar fechou em alta e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caminha para fechar em queda ontem. O discurso de Jerome Powell, presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) no Congresso aumentou a cautela dos investidores, e o desempenho dos ativos locais foi até melhor que o verificado nos Estados Unidos.

O dólar comercial à vista fechou em alta de 0,54%, a R$ 5,194. Às 17h20 (horário de Brasília), o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,45%, a 104.227 pontos.

No mercado de juros futuros, as taxas apresentam queda, na espera pelas definições sobre temas como reforma tributária e arcabouço fiscal. Nos contratos para janeiro de 2024, a taxa saía dos 13,27% ao ano do fechamento de segunda-feira passada para 13,25%. No vencimento em janeiro de 2025, os juros recuavam de 12,7% para 12,65%. No vencimento de janeiro de 2027, a taxa recuava de 13,1% para 13,01%.

Em audiência no Congresso americano nesta terça-feira, Powell afirmou que o Fed deve aumentar os juros para um patamar acima daquele que a própria autoridade monetária esperava.

Os índices de ações em Nova York acentuaram o movimento de queda. O Dow Jones estava em baixa de 1,55% às 17h20 (horário de Brasília). O S&P 500 recuava também 1,55%. O Nasdaq tinha queda de 1,2%.

EXPLORAÇÃO

Marinho: 'Se for embora do País é problema da Uber'

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), minimizou ontem a possibilidade de plataformas deixarem o país em caso de regulação trabalhista dos aplicativos e disse que "se for embora, é problema da Uber".

O ministro participou de reunião da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), em Brasília. Em fevereiro, Marinho defendeu a criação de um novo aplicativo de transporte caso as plataformas parassem de atuar no país por discordar de uma futura regulamentação trabalhista no setor.

Ontem, ele afirmou que a questão envolvendo trabalhadores nas plataformas era complexa. "Uma pergunta muito agressiva, e se a Uber e se as plataformas não gostarem do processo de formalização? Eu sinto muito. Tem uma lei vigente no Brasil e todos nós somos sujeitos a ela", disse.

O ministro disse que a regulação era fruto de um debate e construção com a participação da sociedade. "A partir daí tem enquadramento legal", ressaltou. "Ah, mas e se for embora? Se for embora, problema da Uber. Mas não vai embora, porque o Brasil é o primeiro mercado no mundo", afirmou, antes de ressaltar: "mas ninguém quer que ninguém vá embora, muito pelo contrário."

Marinho afirmou que a intenção é garantir regras de proteção social e valorização dos trabalhadores. "Tem que ter controle para não ter excesso de jornada, porque isso facilita os acidentes", disse.

O ministro afirmou ter ouvido empresários e trabalhadores individualmente e que vai juntar à mesma mesa as entidades que representam as plataformas para balizar os entendimentos. "O ideal aqui é que as partes encontrem uma alternativa, encontrem o ponto comum e o governo seja simplesmente o intermediador dessa conversa. Em não havendo acordo, o governo evidentemente vai oferecer sua visão ao Parlamento."

Marinho voltou a falar sobre a possibilidade de os Correios ocuparem o espaço deixado por uma eventual saída da Uber.

"Eu disse que empresas de logística, como é o caso dos Correios, podem pensar em ter um aplicativo para oferecer como alternativa e talvez uma alternativa melhor do que a que está existindo pelas atuais plataformas, que têm a visão do lucro necessário, a exploração da mão de obra necessária, o que uma empresa do caráter dos Correios talvez não fosse necessidade, simplesmente cobrir os custos estaria de bom tamanho."

Em sua fala, o ministro também reiterou as críticas ao saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), especificamente pela criação do empréstimo consignado garantido por esses recursos. "Hoje há contrato de banco de 30 anos ancorado no fundo de garantia", disse. "Não são bem assim as coisas, tem aqui uma crueldade contra os trabalhadores."

Marinho defendeu que os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) sejam usados para ajudar a financiar uma proposta de ensino médio profissionalizante integral a ser debatida.

"Eu ando me perguntando se nós devemos somente olhar os desafios do momento, mas se a gente não deve provocar um debate de ensino médio de forma universal, discutir a necessidade do ensino em período integral e jovens de baixa renda terem bolsa estipulada para ele não estar sujeito a ter que ir para o mercado de trabalho de forma antecipada e desiguala suas oportunidades no mercado de trabalho futuro."

Segundo Marinho, não foi tomada nenhuma decisão sobre o assunto.

Ele defendeu ainda substituir a oneração da folha de pagamento pela oneração do faturamento. "E a contribuição de sustentar a previdência deveria vir do faturamento das empresas, e não da folha de pagamento", disse. "Porque ao estar vinculado à folha de pagamento você sacrifica em demasia as empresas que têm um forte impacto de mão de obra."

Marinho ressaltou, no entanto, que quem trata do tema é o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

BOA-FÉ

Parecer favorável da AGU à lei, esquenta ouro ilegal

A AGU (Advocacia-Geral da União) deu parecer favorável ao uso da chamada boa-fé para atestar a origem legal do ouro. A avaliação do órgão é que o instrumento é positivo, mas foi mal interpretado e mal utilizado. A conclusão do órgão, datada de 27 de fevereiro, no entanto, causou estranhamento entre diferentes organismos preocupados com o combate ao garimpo ilegal. Essa lei precisa cair porque é ineficaz, e o parecer da AGU é contraditório, para não dizer absurdo", diz Vera Motta, secretária nacional de Assunto Jurídicos do PV (Partido Verde), que acompanha ação contra a medida.

"Em vários momentos, a AGU concorda que é impossível que a legalização do ouro possa funcionar dessa maneira", acrescenta. O parecer da AGU contradiz um posicionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública feito praticamente um mês antes. Em 26 de janeiro, quando a crise humanitária dos yanomamis havia explodido, o titular da pasta, ministro Flávio Dino, criticou o instrumento numa entrevista no programa à Voz do Brasil, argumentando que a norma servia para legalizar o ouro clandestino e deveria ser considerada inconstitucional.

Na ocasião, também afirmou que havia solicitado formalmente ao advogado-geral da União, ministro Jorge Messias, para que avaliasse o tema em conjunto com a corte. "O parecer da AGU é uma aberração, pois, não tem sentido dizer que a boa-fé tem um problema de interpretação", diz Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, um dos mais ativos no combate ao ouro ilegal. "Temos confiança de que o instrumento da boa-fé será revisto pelo governo por meio de outras iniciativas."

O parecer apresentado pela AGU foi interpretado por algumas pessoas que acompanham a discussão na Justiça como um posicionamento mais político do que jurídico, para tentar aliviar a responsabilidade do PT na criação da norma.

A boa-fé está prevista na lei federal 12.844, de 2013, de autoria do deputado Odair Cunha (PT-MG). Ele incluiu os artigos em uma MP (Medida Provisória) que tratava de seguro agrícola, sem nenhuma relação com ouro. Ou seja, como se diz no jargão do Congresso, colocou um jabuti na lei. O texto final foi sancionado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

À Folha de S.Paulo, Cunha afirmou que sua proposta foi mal interpretada e que não imaginou que, com o passar do tempo, o instrumento pudesse evoluir para "esquentar" ouro ilegal, termo que se refere à transformação fraudulenta de um ouro de origem ilegal em legal.

Na prática, o uso da boa-fé é apontado como o principal mecanismo para regularizar o ouro extraído de terras indígenas e reservas ambientais. Ela exime os primeiros compradores do ouro, basicamente DTVMs (Distribuidoras de Valores Mobiliários), da obrigação de exigirem do vendedor que ele prove de onde o ouro foi extraído.

Depois que a sua autoria ganhou publicidade, o deputado Cunha enviou um ofício à ANM (Agência Nacional de Mineração) requerendo a suspensão imediata da 6ª Rodada do Edital de Disponibilidade de mais 420 áreas para exploração de lavra garimpeira. O ofício também pede auditoria completa nas autorizações já emitidas e do ouro vendido a partir de cada uma delas.

Segundo a Folha de S.Paulo apurou, numa reunião na AGU, alguns integrantes do órgão afirmaram que o parecer sobre a boa-fé precisava refletir o conjunto de interesses, muitas vezes contraditórios, de 164 diferentes órgãos públicos, e que nem todos consideram ideal acabar com a boa-fé, segundo relatos de quem acompanha a discussão.

Entre os que teriam apresentado oposição, estaria o BC (Banco Central). A autarquia, no entanto, publicamente se declara contra a permanência da boa-fé e afirma trabalhar para a construção de um novo arcabouço legal.

APÓS 12 ANOS

Brasil poderá exportar carne bovina para o México

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir desta semana, o Brasil pode exportar carne bovina para o México. O país habilitou 34 plantas frigoríficas a venderem para o mercado mexicano, após 12 anos de negociações.

O México poderá comprar carne bovina de Santa Catarina, estado reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como zona livre de febre aftosa. O país também poderá comprar carne in natura e desossada de outros 14 estados declarados livres de febre aftosa, com vacinação.

Segunda-feira passada à noite, o governo mexicano publicou os requisitos zoosanitários para a compra de carne bovina do Brasil, último passo para a liberação dos 34 frigoríficos. A autorização ocorre um mês após o México liberar a importação da carne suína brasileira.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, a abertura do mercado mexicano representa uma oportunidade histórica para as relações comerciais brasileiras. A expansão dos mercados, informou a pasta, propicia a retomada do crescimento da pecuária, que sofreu um golpe no mês passado, com a descoberta de um caso atípico de mal da vaca louca numa fazenda em Marabá (PA).

Em 2011, o Brasil havia pedido ao México autorização para exportar aves, bovinos e suínos ao país. Desde o início do ano, destacou o Ministério da Agricultura e Pecuária, foram habilitadas plantas frigoríficas para a exportação para a Indonésia e derrubadas as suspensões de mais três frigoríficos para a comercialização aos chineses.

VACA LOUCA

De acordo com o Serviço Nacional de Saúde, Segurança e Qualidade Alimentar do México, o governo brasileiro comunicou que o caso de vaca louca é atípico e sem risco de transmissão para outros animais e humanos. Segundo o órgão, como o Brasil mantém o status de risco insignificante para o mal da vaca louca, as vendas de carne para o México podem ser liberadas sem problemas.

Em relação aos demais países que suspenderam a compra de carne bovina brasileira após a descoberta do mal da vaca louca, equipes técnicas do Ministério da Agricultura têm uma nova reunião nesta terça-feira com autoridades chinesas. Desde a notificação do caso atípico no sudeste do Pará, quatro países deixaram de comprar o produto brasileiro: China, Irá, Jordânia e Tailândia.

VEÍCULOS

Montadora chinesa GWM lançará Haval H6 no Brasil

A chinesa GWM revelou ontem os preços de seus primeiros carros à venda no Brasil e o cronograma de nacionalização.

O utilitário esportivo Haval H6 vai custar a partir de R$ 209 mil na versão Premium (243 cv), que concilia eletricidade e gasolina.

O veículo pode ser entregue em casa, e a montadora chinesa garante que não haverá limitações geográficas no Brasil.

Haverá também versões híbridas com sistema plug-in, podendo ser recarregadas na tomada. Nessa opção, é possível rodar até 170 quilômetros no modo 100% elétrico.

Na prática, é como ter um carro elétrico que, se faltar energia, traz um motor a combustão - no caso, um 1.5 turbo a gasolina.

No total, a combinação de combustível e eletricidade rende 393 cv, mais que o dobro da potência que os carros apontados como rivais do H6. O modelo de origem chinesa vai concorrer com Jeep Compass, Toyota Corolla Cross e Volkswagen Taos.

A produção nacional será em Iracemápolis (interior de São Paulo), nas instalações que pertenceram à Mercedes-Benz. A GWM está investindo R$ 10 bilhões nas instalações.

A primeira etapa começou em 2021 e vai até 2025, com um valor entre R$ 4 bilhões e R$ 4,5 bilhões. Todos os veículos produzidos serão híbridos ou 100% elétricos.

O início da produção foi confirmado para 2024, e o primeiro modelo nacional deve ser uma picape híbrida flex da linha Proer. O utilitário poderá rodar com etanol, gasolina ou eletricidade.

A empresa entrou na disputa pela extensão dos benefícios fiscais que hoje são restritos às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Segundo Ricardo Bastos, diretor de relações institucionais e governamentais da GWM, o objetivo não é romper contratos vigentes, mas estender o benefício, que é atrelado ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), para montadoras que investirem em inovação nas demais regiões do país.

FGV

Indicador antecedente de emprego sobe 0,8 ponto

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), subiu 0,8 ponto em fevereiro deste ano, em relação a janeiro, e chegou a 74,7 pontos. Com o resultado, o índice retoma o patamar de dezembro de 2022. O Iaemp busca antecipar tendências do mercado de trabalho com base em entrevistas com consumidores e empresários da indústria e dos serviços. Três dos sete componentes do Iaemp contribuíram para o crescimento do indicador de janeiro para fevereiro: o indicador de situação atual dos negócios da indústria, emprego previsto nos serviços.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 20.732.109/0001-20

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km. Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 133.642 mil, um incremento de 11,73% quando comparada com a RAP para o ciclo 2021-2022 foi de R$ 119.610 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(b) Pagamento de dividendos -** Em 20 de maio de 2022, a Companhia pagou o montante de R$ 13.712 mil de dividendos, sendo R$ 6.993 mil para Celeo e R$ 6.719 mil para a Copel. **(c) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2022 e 2021 foi de 100%. **(d) Pagamento de principal e juros de debêntures no ano -** Em 2022 foram pagos R$ 9.509 mil de principal, sendo R$ 4.656 mil em 14 de fevereiro de 2022 e R$ 4.853 mil em 12 de agosto de 2022 e R$ 6.914 mil de juros, sendo R$ 3.508 mil em 14 de fevereiro de 2022 e R$ 3.406 mil em 12 de agosto de 2022. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social. **(c) Conselho de Administração -** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia. **5. Declaração da Diretoria -** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	108	155
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	80.753	52.199
Concessionárias e permissionárias	10	13.365	12.861
Ativo de contrato	11	129.266	122.667
Impostos e contribuições a recuperar		3.076	6.535
Outros ativos		377	2.007
Total do ativo circulante		**226.945**	**196.424**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	32.286	29.254
Ativo de contrato	11	1.567.201	1.526.324
Total do realizável a longo prazo		**1.599.487**	**1.555.578**
Imobilizado e Intangível		61	70
Total do imobilizado + intangível		**61**	**70**
Total do ativo não circulante		**1.599.548**	**1.555.648**
Total do ativo		**1.826.493**	**1.752.072**
Fornecedores		519	826
Financiamento	12	28.371	27.111
Debêntures	13	30.984	25.286
Salários e encargos a pagar		196	193
Impostos e contribuições a recolher		1.184	1.504
Pis e Cofins diferidos	14	11.314	10.738
Dividendos a pagar	16 (c)	18.885	13.712
Encargos setoriais		2.553	1.895
Outros passivos		9.599	8.455
Total do passivo circulante		**103.605**	**89.720**
Financiamento	12	357.000	380.210
Debêntures	13	66.563	75.970
Provisões		65	70
Pis e Cofins diferidos	14	143.485	139.876
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	278.083	249.167
Total do passivo não circulante		**845.196**	**845.293**
Total dos passivos		**948.801**	**935.013**
Capital social	16 (a)	381.800	381.800
Reserva de lucros	16 (b)	495.892	435.259
Total do patrimônio líquido		**877.692**	**817.059**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.826.493**	**1.752.072**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	**168.776**	**155.952**
Pessoal		(982)	(848)
Material		(106)	(107)
Serviços de terceiros	18 (a)	(7.116)	(2.662)
Arbitragem	21 (i)	-	(18.477)
Outros		(562)	(525)
Custos operacionais		**(8.766)**	**(22.619)**
Lucro bruto		**160.010**	**133.333**
Pessoal		(743)	(778)
Serviços de terceiros	18 (b)	(897)	(986)
Outros		(479)	(344)
Despesas operacionais		**(2.119)**	**(2.108)**
Resultado antes das despesas financeiras		**157.891**	**131.225**
Receitas financeiras		10.430	2.625
Despesas financeiras		(48.245)	(46.419)
Despesas financeiras líquidas	19	**(37.815)**	**(43.794)**
Resultado antes dos impostos		**120.076**	**87.431**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.641)	(2.193)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(28.917)	(27.510)
Imposto de renda e contribuição social	20	**(40.558)**	**(29.703)**
Lucro líquido do exercício		**79.518**	**57.728**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	79.518	57.728
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**79.518**	**57.728**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		79.518	57.728
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		28.917	27.510
- Pis e Cofins diferidos		4.187	4.331
- Atualização da provisão da arbitragem	21 (i)	-	18.477
- Juros, correção monet. e custo de transação s/ debêntures e financiamento		47.795	46.174
- Ativo de contrato - remuneração	11	(170.143)	(165.230)
		(9.726)	**(11.010)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(28.553)	(20.873)
- Concessionárias e permissionárias		(504)	(1.690)
- Ativo de contrato	11	122.667	116.404
- Impostos e contribuições a recuperar		3.459	(3.289)
- Outros ativos		1.636	(1.445)
- Fornecedores		(307)	207
- Impostos e contribuições a recolher		8.545	5.076
- Salários a pagar		(3)	(25)
- Encargos setoriais		658	425
- Provisões		(5)	(1.913)
- Outros passivos		1.141	3.506
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**99.008**	**85.373**
Impostos pagos sobre o lucro		(8.865)	(4.847)
Pagamento arbitragem		-	(63.000)
Debêntures - pagamento de juros	13	(6.914)	(6.828)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(31.412)	(28.446)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades operacionais		**51.817**	**(17.748)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(3.032)	(1.427)
Imobilizado e intangível		8	3
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(3.024)**	**(1.424)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - captação	12	-	607
Aumento de capital	16 (a)	-	63.000
Pagamento de dividendos	16 (c)	(13.712)	(13.362)
Debêntures - pagamento de principal	13	(9.509)	(8.627)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(25.619)	(25.400)
Caixa líq. (utilizado) proveniente das ativ. de financiamento		**(48.840)**	**16.218**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(47)**	**(2.954)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		155	3.109
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**108**	**155**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**318.800**	**7.661**	**79.951**	**303.631**	**-**	**710.043**
Aumento de capital	16 (a)	63.000	-	-	-	-	63.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.728	57.728
Reserva legal	16 (b)	-	2.886	-	-	(2.886)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(13.712)	(13.712)
Retenção de lucros	16 (b)	-	-	41.130	-	(41.130)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**381.800**	**10.547**	**121.081**	**303.631**	**-**	**817.059**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	79.518	79.518
Reserva legal	16 (b)	-	3.976	-	-	(3.976)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(18.885)	(18.885)
Retenção de lucros	16 (b)	-	-	56.657	-	(56.657)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**381.800**	**14.523**	**177.738**	**303.631**	**-**	**877.692**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km. Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 19/2014 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados de São Paulo e Minas Gerais compostas pelas: (i) linha de transmissão Estreito-Fernão, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km, com origem na subestação Estreito e término na subestação Fernão Dias; (ii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões nas subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 5 de setembro de 2014 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 5 de maio de 2045. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2018. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo de 2020-2021. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 133.642 (R$ 119.610 para o ciclo 2021-2022). Um aumento aproximado de 11,73 %, decorrente do reajuste do IPCA. **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2020-2021. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 9% e 16%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se

Continua

Continuação...

CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 20.732.109/0001-20

houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões** - As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos -** A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	108	155
	108	**155**

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2022	2021
CDB	(a)	73.758	44.736
Fundo de investimento	(b)	6.995	7.463
		80.753	**52.199**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,91% (98,93% em 2021) do DI com vencimento entre janeiro de julho de 2023. O aumento apresentado no exercício refere-se à geração de caixa da Companhia. (b) Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no mesmo fundo de investimentos descrito no "Não circulante" a seguir. A redução apresentada no exercício refere-se, principalmente, ao pagamento do financiamento, das debêntures e dos dividendos aos acionistas.

ii. Não circulante

		2022	2021
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	23.084	20.916
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	9.202	8.338
		32.286	**29.254**

Aplicações referente às garantias do contrato de financiamento e das debêntures e estão em conformidade com as cláusulas do contrato e da escritura, respectivamente. (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos em uma conta denominada "conta reserva debêntures" e "conta de pagamento debêntures", valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (5% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias

	2022	2021
A vencer	12.011	12.409
Até 3 meses	35	31
De 3 a 12 meses	863	40
Acima de 12 meses	456	381
	13.365	**12.861**

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**1.648.991**	**1.600.165**
Remuneração do ativo de contrato	170.143	165.230
Recebimentos	(122.667)	(116.404)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**1.696.467**	**1.648.991**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	129.266	122.667
Não circulante	1.567.201	1.526.324
	1.696.467	**1.648.991**

12 Financiamento

Financiamento	414.776	439.512
Custo de transação	(7.455)	(8.146)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**407.321**	**431.366**
Captação - Subcrédito C	-	607
Juros	34.390	28.503
Amortização - principal	(25.619)	(25.400)
Amortização - juros	(31.412)	(28.446)
Amortização - custo de transação	691	691
Financiamento	392.135	414.776
Custo de transação	(6.764)	(7.455)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**385.371**	**407.321**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	28.371	27.111
Não circulante	357.000	380.210
	385.371	**407.321**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total do financiamento foi de R$ 426.834 divididos em 3 (três) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 360.119 destinados as obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032. ii. Subcrédito B no valor de R$ 64.591 destinados a aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032. iii. Subcrédito C no valor de R$ 2.124 destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidirá a TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em 11 de maio de 2020 o BNDES liberou o valor de R$ 1.500. Em 22 de outubro e 20 de dezembro de 2021 o BNDES liberou o valor de R$ 546 e R$ 61. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	40.800
Em 2025	40.800
Em 2026	40.800
A partir de 2027	234.600
	357.000

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,2 e o ICP igual ou superior a 20%. Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**1,50**
(A) Geração de caixa da at ividade	109.914
(B) Serviço da dívida	73.454
(A) Geração de caixa da atividade	**109.914**
(+) LAJIDA (EBITDA)	118.779
(-) Pagamento de imposto de renda	(6.139)
(-) Pagamento de contribuição social	(2.726)
(B) Serviço da dívida	**73.454**
(+) Amortização de principal	35.128
(+) Pagamento de juros	38.326
EBITDA	**118.779**
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	120.076
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	37.815
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	4.187
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(179.541)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(7.690)
(+) RAP no exercício	139.743
(+/-) Outros ajustes IFRS	4.189

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	**45%**
(B) Patrimônio líquido	416.723
(C) Total do ativo	932.641

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

13 Debêntures

Debêntures	104.072	102.812
Custo de transação	(2.816)	(3.080)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**101.256**	**99.732**
Juros	12.450	16.716
Amortização - principal	(9.509)	(8.627)
Amortização - juros	(6.914)	(6.828)
Amortização - custo de transação	264	264
Debêntures	100.099	104.072
Custo de transação	(2.552)	(2.816)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**97.547**	**101.256**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	30.984	25.286
Não circulante	66.563	75.970
	97.547	**101.256**

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de dezembro de 2017 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R$ 100.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 9 de janeiro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 6,91% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de fevereiro de 2019 e o último será efetuado na data de vencimento em 15 de agosto de 2032. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	9.500
Em 2025	9.500
Em 2026	9.500
A partir de 2027	38.063
	66.563

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não pagamento dos juros e do principal nas datas previstas na escritura; (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia; (c) transformação da Companhia em outro tipo societário; (d) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias; (e) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão; e (f) não atingimento, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,20. O ICSD precisa ser apurado anualmente e a metodologia de cálculo é a mesma utilizada na apuração do ICSD do contrato de financiamento do BNDES. Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

14 PIS e COFINS diferidos

	2022	2021
PIS	27.613	26.866
COFINS	127.186	123.748
	154.799	**150.614**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	11.314	10.738
Não circulante	143.485	139.876
	154.799	**150.614**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Imposto de renda	204.473	183.211
Contribuição social	73.610	65.956
	278.083	**249.167**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	278.083	249.167
	278.083	**249.167**

16 Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de agosto de 2021 os acionistas aumentaram o capital, conforme suas respectivas participações, no valor de R$ 63.000 (Celeo e Copel aportaram R$ 32.130 e R$ 30.870, respectivamente). O objetivo desse aporte foi para o pagamento da arbitragem com a Elecnor. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 381.800, dividido em 381.800.000 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

		Ações (mil)	
	%	2022	2021
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	194.718	194.718
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	187.082	187.082
	100%	**381.800**	**381.800**

(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor destinado foi de R$ 3.976 e R$ 2.886, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 56.657 e R$ 41.130, respectivamente. **iii. Reserva de lucros a realizar -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 18.885 e R$ 13.712, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 13.712 R$ 13.362, respectivamente.

17 Receita operacional líquida

	2022	2021
Remuneração do ativo	179.541	166.024
Receita de operação e manuntenção	7.690	7.299
Parcela variável	(10)	-
Receita bruta	**187.221**	**173.323**
Pis e Cofins correntes	(12.463)	(11.431)
Pis e Cofins diferidos	(4.187)	(4.331)
Encargos setoriais	(1.795)	(1.609)
Deduções da receita	**(18.445)**	**(17.371)**
	168.776	**155.952**

18 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais		2022	2021
Serviço de operação e manuntenção	(i)	(1.255)	(1.151)
Consultoria ambiental	(ii)	(1.035)	(692)
Manutenção de substação	(iii)	(4.492)	(289)
Diversos		(334)	(530)
		(7.116)	**(2.662)**

i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. ii. Refere-se a prestação de consultoria para atendimento das condicionantes da Licença de Operação. iii. Do montante gasto em 2022, R$ 3.998 refere-se a aquisição de transformadores de corrente.

(b) Despesas operacionais		2022	2021
Prestação de serviços administrativos	(i)	(345)	(345)
Investimentos sociais		-	(66)
Consultorias		(362)	(500)
Diversos		(190)	(75)
		(897)	**(986)**

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

19 Despesas financeiras líquidas	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	9.876	2.481
Outras receitas	554	144
Receitas financeiras	**10.430**	**2.625**
Juros - debêntures	(12.450)	(16.716)
Juros - financiamento	(34.390)	(28.503)
Custo de transação - debêntures	(264)	(264)
Custo de transação - financiamento	(691)	(691)
Outras despesas	(450)	(245)
Despesas financeiras	**(48.245)**	**(46.419)**
	(37.815)	**(43.794)**

20 Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Resultado antes dos impostos	**120.076**	**87.431**
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(40.826)	(29.727)
Incentivo fiscal IRPJ (cultural, artístico, audio visual e outros)	249	-
Adições (exclusões)	19	24
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	**(40.558)**	**(29.703)**
Alíquota efetiva	34%	34%

21 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa/Custo	
		2022	2021	2022	2021
Elecnor	(i)	-	-	-	(18.477)
Celeo Redes	(ii)	97	83	(1.600)	(1.496)
		97	**83**	**(1.600)**	**(19.974)**

i. No dia 18 de junho de 2021, foi firmado entre as partes o "Instrumento Particular de Transação", no qual previa o pagamento, pela Companhia, para a Elecnor no valor de R$ 63.000, o qual foi devidamente quitado no dia 31 de agosto de 2021. Como o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 44.523 a Companhia fez o complemento do pagamento no valor de R$ 18.477, o qual impactou o resultado do exercício. ii. Refere-se contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 17 de março de 2021 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R$ 1.121 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2014 e possui vigência de 4 (quatro) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 272, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. **(b) Remuneração da administração -** Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração da diretoria, do conselho fiscal e do conselho de administração foi de R$ 325 (R$ 574 em 31 de dezembro de 2021) e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais. **(c) Dividendos -** No dia 20 de maio de 2022, a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, o valor total de R$ 13.712. Sendo R$ 6.993 para a Celeo e R$ 6.719 para a Copel. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação. **22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(13.847)	(10.385)	(6.924)
Financiamento	Aumento da TJLP	27.554	20.666	13.777
Debêntures	Aumento do IPCA	5.180	3.885	2.590

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. A TJLP para o cenário provável (7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 88.390 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

Júlio César de Castro Martins
Diretor Presidente

Luiz Carlos Leite
Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8 S-PR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Cantareira Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Cantareira Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cantareira Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente -** Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras - **Principais assuntos de auditoria -** O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a men-

Continua

Continuação...

CANTAREIRA ENERGIA

CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 20.732.109/0001-20

suração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

FELIZ DIA 8

Mulheres donas de negócios batem recorde no Brasil

A escassez de vagas de trabalho na área de educação na fase inicial da pandemia levou Rafaela Azevedo de Jesus, 25, a abrir um negócio próprio em 2020.

Estudante de letras, a jovem montou à época um delivery de comida vegana no município baiano de Alagoinhas (a cerca de 120 km de Salvador).

Desde então, especializou-se no ramo, formalizou a empresa e passou a planejar a abertura de um restaurante em um espaço físico. O que era um "tapa-buraco" virou empreendedorismo, segundo a jovem.

"Quero viver do meu negócio", afirma Rafaela, que é vegana e sentia falta de opções de pratos para esse público na sua cidade.

Histórias como a de Rafaela encontram respaldo em estatísticas. No terceiro trimestre de 2022, o número de donas de negócios alcançou 10,3 milhões no Brasil. Trata-se do nível recorde de uma série histórica iniciada no terceiro trimestre de 2016.

A conclusão é do estudo Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022. A análise foi produzida pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) por ocasião do Dia da Mulher, celebrado hoje.

O levantamento utiliza microdados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O Sebrae considera como donas de negócios as mulheres que atuam como empregadoras ou que trabalham por conta própria com ou sem CNPJ.

Isso significa que o grupo envolve desde as empreendedoras que se planejam para ocupar um nicho de mercado até as profissionais que apostam em uma atividade em razão da falta de renda e da escassez de oportunidades.

Historicamente, é a necessidade que leva a maior parte das mulheres a abrir um negócio, segundo Renata Malheiros, coordenadora nacional de empreendedorismo feminino do Sebrae.

Ela afirma que muitas trabalhadoras seguem por esse caminho após a maternidade por não encontrarem no mercado vagas que permitam conciliar emprego e cuidado dos filhos.

Malheiros ressalta que as mulheres continuam sobrecarregadas por tarefas domésticas no país. O quadro, diz, também impede empreendedoras de dedicarem mais tempo aos seus negócios.

"As mulheres estão sobrecarregadas. Precisamos falar sobre a divisão dos trabalhos de cuidado, de creches, de políticas públicas", afirma a coordenadora.

Além do tempo apertado, o preconceito é outro obstáculo que as donas de negócios enfrentam no Brasil, conforme Malheiros.

"A raiz dos desafios adicionais da mulher é cultural. A gente precisa trabalhar pela mudança de cultura. Não é fácil, trivial, mas é possível", aponta.

A empreendedora social Aline Odara, 36, também considera que a necessidade e a falta de renda são os fatores que mais levam mulheres a apostarem em negócios próprios.

"A maioria é por necessidade. A gente percebe que faltam políticas públicas de inclusão produtiva no Brasil", avalia.

Durante a pandemia, Odara lançou o Fundo Agbara, uma iniciativa que capacita e investe em empreendedoras negras.

Desde setembro de 2020, mais de 2.000 mulheres já foram atendidas no país pelo projeto, cuja sede fica em São Paulo. Uma delas é Rafaela Azevedo de Jesus, citada no início desta reportagem.

De acordo com Odara, o fundo é mantido por uma rede de cerca de 200 doadores individuais e seis investidores institucionais, incluindo empresas e entidades. A iniciativa estuda novas formas de captação de recursos.

Na visão de Odara, uma combinação de fatores dificulta o empreendedorismo de mulheres negras. "O primeiro é o sentimento de solidão, de empreender sozinha. Conseguimos mitigar isso, porque o fundo criou uma rede de mulheres no Brasil", afirma.

"Outra questão é a falta de segurança emocional, porque, no nosso caso, além do machismo, o racismo conta muito. Também há falta de capital de giro. Não tem crédito para mulheres negras neste país", completa.

Donas de negócios predominam no setor de serviços O Sebrae indica que, no terceiro trimestre de 2022, 53% das donas de negócios estavam inseridas no setor de serviços. Comércio (27%), indústria (13%) e agropecuária (7%) aparecem na sequência.

A reabertura do setor de serviços após as restrições da pandemia é um dos fatores que estimularam o crescimento do número de mulheres à frente de negócios, conforme Renata Malheiros, do Sebrae.

O estudo também lista as atividades com predomínio feminino. Nesses casos, as mulheres representam mais de 60% do total de donos de negócios.

Cabeleireiros e tratamento de beleza, comércio de vestuário (complementos) e serviços de catering, bufê e comida preparada são três destaques.

Comércio de produtos farmacêuticos, cosméticos e perfumaria, confecção sob medida, profissionais de saúde (exceto médicos e odontólogos), confecção (vestuário), outras atividades de serviços pessoais, outras atividades de ensino e fabricação de artefatos têxteis também são citados na lista feminina.

Os homens, por sua vez, compõem a maioria dos donos de negócios em atividades de construção de edifícios, transporte de passageiros, serviços especializados para construção, reparação de veículos automotores e transporte de carga.

Atividades de entrega, reparação de objetos domésticos, fabricação de produtos de metal, fabricação de móveis e serviços de TI (tecnologia da informação) também estão entre os ramos com predomínio masculino.

No terceiro trimestre de 2022, o número de homens donos de negócios no país foi estimado em 19,7 milhões, conforme o Sebrae. O nível também é recorde na série histórica iniciada no terceiro trimestre de 2016, diz a instituição.

Eles ainda representam a maior parcela dos donos de negócios: 65,6% do total. Elas, por sua vez, respondem por 34,4%.

O número total de donos de negócios foi estimado em cerca de 30 milhões no terceiro trimestre de 2022. É mais um recorde da série histórica, de acordo com o Sebrae.

VALORES ESQUECIDOS

Cerca de 1,6 milhão de pessoas resgatam R$ 62,1 milhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

No primeiro dia de saques após a reabertura do Sistema de Valores a Receber (SVR), cerca de 1,6 milhão de pessoas pediram o resgate de R$ 62,1 milhões, divulgou ontem à noite pelo Banco Central (BC). O balanço abrange os pedidos realizados entre as 10h e as 17h30 de ontem.

Segundo o BC, o maior valor resgatado por uma pessoa física correspondeu a R$ 328 mil. Em relação às pessoas jurídicas, a maior quantia retirada chegou a R$ 133 mil. Houve mais de 1 milhão de pedidos de saques diretos, por meio das chaves Pix.

Após uma espera média de até duas horas na fila virtual durante a manhã, o tempo de espera reduziu-se rapidamente ao longo da tarde. Por volta das 17h15, a fila estava zerada, segundo o BC.

Em nota, o BC ressalta que o SVR permanecerá aberto para todos, sem interrupções programadas, para que cada um possa recuperar os valores esquecidos no sistema financeiro. "Independentemente do montante, o recurso pertence ao cidadão e deve a ele ser devolvido", destacou o órgão.

REABERTURA

Com a possibilidade de verificação de valores de pessoas falecidas, o Sistema de Valores a Receber (SVR) reabriu ontem após 11 meses fechado. Desde as 10h, os usuários podem agendar o recebimento dos recursos no site Valores a Receber.

As consultas foram reabertas em 28 de fevereiro. Conforme o balanço mais recente do BC, até esta segunda-feira, 23,8 milhões de consultas foram feitas. Desse total, 6,9 milhões (29%) apontaram quantias a receber e 16,8 milhões (71%) não encontraram valores esquecidos.

De acordo com o BC, cerca de 38 milhões de pessoas físicas e 2 milhões de pessoas jurídicas têm cerca de R$ 6 bilhões a receber. Para sacar os valores (pessoa física) ou de falecidos, o usuário precisa ter conta no Portal Gov.br de nível prata ou ouro. Para reaver valores de pessoa jurídica, precisa ter conta no Portal Gov.br com o Cadastro Nacional Pessoa Jurídica vinculado (com qualquer tipo de vínculo, exceto colaborador).

O sistema tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também há uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, haverá a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informará a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também haverá mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

INFLAÇÃO

IGP-DI tem alta de 0,04% em fevereiro

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu 0,04%, um pouco menos do registrado em janeiro, de 0,06%. No ano, o indicador acumula alta de 0,09% e 1,53% em 12 meses. No mesmo mês no ano passado tinha avançado 1,50% e acumulava elevação de 15,35% em 12 meses. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

IPA

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) recuou 0,04% em fevereiro, enquanto no mês anterior a queda foi de 0,19%. Segundo o Ibre, na avaliação por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais saiu da queda de 0,04% em janeiro para alta de 0,21% em fevereiro. O item combustíveis para o consumo, que, do recuo de 2,31% em janeiro, chegou à elevação de 3,84% em fevereiro, foi a principal influência na aceleração da taxa. O índice de Bens Finais, que resulta da exclusão de alimentos in natura e combustíveis para o consumo, saiu do avanço de 0,15% em janeiro para a retração de 0,49% em fevereiro.

De acordo com o Ibre, a taxa do grupo Bens Intermediários saiu da queda de 1,19% em janeiro para o recuo de 0,70% em fevereiro. "O principal responsável pela queda menos intensa foi o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cuja taxa passou de menos 3,98% para menos 3,54%", informou, acrescentando que o índice de Bens Intermediários, calculado após a exclusão de combustíveis e lubrificantes para a produção, teve queda mais acentuada em fevereiro, de 0,12% na comparação com a anterior, quando registrou redução de 0,60%.

Depois de avançar 0,79% em janeiro, o estágio das Matérias-Primas Brutas subiu 0,44% em fevereiro. O resultado foi favorecido pelos desempenhos dos itens minério de ferro que passou de 7,05% para 2,63%; soja em grão de queda de 1,53% para queda de 3,06%, e bovinos, de queda de 1,08% para menos 2,37%. No movimento contrário, ficaram café em grão (0,92% para 10,07%), leite in natura (0,03% para 3,07%) e cana-de-açúcar (-0,70% para 0,72%).

IPC

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) após crescer 0,80% em janeiro variou 0,34% em fevereiro. Conforme o Ibre, quatro das oito classes de despesa componentes desse indicador apresentaram redução nas suas taxas de variação como Educação, Leitura e Recreação (de 3,28% para -0,80%), Alimentação (de 0,48% para -0,03%), Transportes (de 0,92% para 0,43%) e Comunicação (de 0,73% para 0,67%). "Nestas classes de despesa, vale mencionar o comportamento dos seguintes itens: cursos formais (7,45% para 0,00%), hortaliças e legumes (-0,27% para -7,09%), gasolina (1,12% para -0,26%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (1,66% para 0,96%)", observou o Ibre em texto publicado no site da FGV.

Em desempenhos diferentes, os grupos Habitação (0,26% para 0,60%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,42% para 0,84%), Vestuário (-0,08% para 0,36%) e Despesas Diversas (0,97% para 1,01%) registraram elevação nas suas taxas. "Estas classes de despesa foram influenciadas pelos seguintes itens: aluguel residencial (-1,08% para 2,71%), artigos de higiene e cuidado pessoal (-0,17% para 1,35%), roupas (-0,20% para 0,49%) e serviços bancários (1,26% para 1,49%)", aponta a pesquisa.

COMÉRCIO

IBGE atualiza pesquisas setoriais e inclui atacarejo

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) anunciou ontem atualização nas amostras e ajustes de metodologia em suas pesquisas setoriais.

As mudanças entram em vigor nas próximas divulgações, referentes a janeiro, da PIM (Pesquisa Industrial Mensal) Brasil e Regional, da PMC (Pesquisa Mensal de Comércio) e da PMS (Pesquisa Mensal de Serviços). A publicação dos novos resultados está agendada para o período entre o final de março e a primeira quinzena de abril.

Conforme o IBGE, a atualização já estava prevista. Trata-se de uma operação recomendada para captar mudanças econômicas, incluindo alterações no padrão de consumo de bens e serviços e evolução da tecnologia de produção.

Esse tipo de procedimento é implementado ao longo dos anos pelo instituto. As séries históricas anteriores serão encadeadas com as novas para formar "séries temporais longas e consistentes", afirmou o IBGE.

ATACAREJO

No caso da PMC, uma das principais atualizações é o acréscimo das atividades de atacado especializadas em alimentos. Elas envolvem os chamados atacarejos.

Até então, não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista, e uma parte importante das vendas não era identificada, segundo o IBGE.

CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.832.534/0001-99

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Caiuá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Caiuá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por (i) linha de transmissão 230 kv Umuarama-Guaira, CS, 105 km; (ii) linha de transmissão 230 kv Cascavel Oeste - Cascavel Norte, C2, 31 km; (iii) Subestação 230/69 - 13,8 kv Santa Quitéria-SF6; e (iv) Subestação 230/138 - 13,8 kv Cascavel Norte. Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Pagamento de dividendos -** Em 20 de maio de 2022, a Companhia pagou o montante de R$ 4.387 de dividendos, sendo R$ 2.238 mil para a Celeo e R$ 2.149 mil para a Copel. **(b) Receita Anual Permitida (RAP) -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 32.157 mil (R$ 26.076 mil para o ciclo 2021-2022). Um aumento aproximado de 23,3%, decorrente da variação do IPCA e da revisão tarifária periódica da RAP estabelecido pela Resolução Homologatoria nº 3.050, de 21 de junho de 2022. **(c) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi respectivamente de 99,94% e 100%. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social. **(c) Conselho de Administração -** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	233	2.215
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	10.957	3.902
Concessionárias e permissionárias	10	2.787	2.339
Ativo de contrato	11	23.470	20.126
Impostos e contribuições a recuperar	12	104	607
Outros ativos		870	1.115
Total do ativo circulante		**38.421**	**30.304**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	11.203	8.105
Ativo de contrato	11	272.507	241.726
Total do realizável a longo prazo		**283.710**	**249.831**
Imobilizado e Intangível		738	742
Total do imobilizado + intangível		**738**	**742**
Total do ativo não circulante		**284.448**	**250.573**
Total do ativo		**322.869**	**280.877**
Fornecedores	13	177	1.057
Financiamento	14	7.273	7.386
Impostos e contribuições a recolher		2.100	64
Pis e Cofins diferidos	15	816	699
Dividendos a pagar	18 (c)	11.195	4.387
Encargos setoriais		844	598
Outros passivos		979	1.070
Total do passivo circulante		**23.385**	**15.261**
Financiamento	14	28.705	35.606
Pis e Cofins diferidos	15	9.823	8.708
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	15.537	11.824
Total do passivo não circulante		**54.065**	**56.138**
Total dos passivos		**77.450**	**71.399**
Capital social	18 (a)	140.732	140.732
Reserva de lucros	18 (b)	104.687	68.746
Total do patrimônio líquido		**245.419**	**209.478**
Total do passivo e patrimônio líquido		**322.869**	**280.877**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	**60.675**	**28.550**
Material		(7)	(56)
Serviços de terceiros	20 (a)	(4.629)	(4.112)
Outros		(319)	(315)
Custos operacionais		**(4.955)**	**(4.483)**
Lucro bruto		**55.720**	**24.067**
Pessoal		(318)	(291)
Serviços de terceiros	20 (b)	(577)	(779)
Outros		(26)	(56)
Despesas operacionais		**(921)**	**(1.126)**
Resultado antes das despesas financeiras		**54.799**	**22.941**
Receitas financeiras		1.888	868
Despesas financeiras		(3.493)	(3.216)
Despesas financeiras líquidas	21	**(1.605)**	**(2.348)**
Resultado antes dos impostos		**53.194**	**20.593**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.345)	(1.649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.713)	(472)
Imposto de renda e contribuição social	22	**(6.058)**	**(2.121)**
Lucro líquido do exercício		**47.136**	**18.472**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	47.136	18.472
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**47.136**	**18.472**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		47.136	18.472
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.713	472
- Pis e Cofins diferidos		1.231	145
- Juros e correção monetária sobre financiamento	21	3.228	2.958
- Efeito da revisão tarifária periódica	11	(30.326)	-
- Ativo de contrato - remuneração	11	(25.116)	(23.599)
		(134)	**(1.552)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(7.055)	(809)
- Concessionárias e permissionárias		(447)	(115)
- Ativo de contrato	11	21.317	19.260
- Impostos e contribuições a recuperar		704	1.573
- Outros ativos		245	(253)
- Fornecedores		(879)	222
- Impostos e contribuições a recolher		2.036	(17)
- Encargos setoriais		246	(220)
- Outros passivos		(91)	269
Caixa gerado nas atividades operacionais		**15.942**	**18.358**
Impostos pagos sobre a receita tributável		(201)	(349)
Financiamentos - pagamento de juros	14	(2.970)	(2.964)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**12.771**	**15.045**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(3.098)	(293)
Imobilizado e intangível		4	11
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(3.094)**	**(282)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - pagamento de principal	14	(7.272)	(7.258)
Pagamento de dividendos	18 (c)	(4.387)	(9.068)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(11.659)**	**(16.326)**
(Redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(1.982)**	**(1.563)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.215	3.778
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**233**	**2.215**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	AFAC	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**138.711**	**2.021**	**3.003**	**23.760**	**27.898**	**-**	**195.393**
Aumento de Capital - AGE 28.05.2021	18 (a)	2.021	(2.021)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	18.472	18.472
Reserva legal	18 (b)	--		924	-	-	(924)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(4.387)	(4.387)
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	13.161	-	(13.161)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**140.732**	**-**	**3.927**	**36.921**	**27.898**	**-**	**209.478**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	47.136	47.136
Reserva legal	18 (b)	-	-	2.357	-	-	(2.357)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(11.195)	(11.195)
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	33.584	-	(33.584)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**140.732**	**-**	**6.284**	**70.505**	**27.898**	**-**	**245.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Caiuá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por (i) linha de transmissão 230 kv Umuarama-Guaira, CS, 105 km; (ii) linha de transmissão 230 kv Cascavel Oeste - Cascavel Norte, C2, 31 km; (iii) Subestação 230/69 - 13,8 kv Santa Quitéria-SF6; e (iv) Subestação 230/138 - 13,8 kv Cascavel Norte. Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 007/2012 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, no estado do Paraná compostas pelas: (i) linha de transmissão Umuarama-Guaíra, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 105 km, com origem na subestação Umuarama e término na subestação Guaíra; (ii) linha de transmissão Cascavel Oeste - Cascavel Norte, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 31 km, com origem na subestação Cascavel Oeste e término na subestação Cascavel Norte; (iii) pela subestação Santa Quitéria em 230/138/13,8 kv (operando em 230/69/13,8 kv; (iv) pela subestação Cascavel Norte em 230/138/13,8 kv; (v) trecho subterrâneo de conexão da subestação de Santa Quitéria às linhas de distribuição (isolados para 138 kv e operando inicialmente em 69 kv); (vi) trecho subterrâneo de conexão da subestação Santa Quitéria à linha de transmissão 230 kv (que está operando em 69 kv) Barigui-Santa Quitéria, circuito duplo; (vii) instalações de transição aéreo/subterrâneo; (viii) e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 10 de maio de 2012 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 10 de maio de 2042. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2014. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo de 2017/2018. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 32.157 (R$ 26.076 para o ciclo 2021-2022). Um aumento aproximado de 23,3%, decorrente da variação do IPCA e da revisão tarifária periódica da RAP estabelecido pela Resolução Homologatoria nº 3.050, de 21 de junho de 2022. **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2017-2018 e a segunda ocorreu no ciclo 2022-2023 e seu impacto está demonstrado na nota explicativa 1.2. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 02 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 9% e 16%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos

Continua

Continuação...

CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.832.534/0001-99

na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisão para perdas esperadas de créditos -** A Provisão para perda esperada de crédito ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021
Caixa e bancos		233	1.692
Operações compromissadas	(a)	-	523
		233	**2.215**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 56% do DI com vencimento em janeiro de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia. (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,01% (99,89% em 2021) do DI com vencimento entre setembro de 2022 e dezembro de 2023. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. O saldo mantido na conta está em conformidade com as cláusulas estabelecidas no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,3% (5% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias	2022	2021
A vencer	2.685	2.250
Até 3 meses	15	1
De 3 a 12 meses	66	2
Acima de 12 meses	21	86
	2.787	**2.339**

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**261.852**	**257.513**
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	(a)	30.326	-
Remuneração do ativo de contrato		25.116	23.599
Recebimentos		(21.317)	(19.260)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		**295.977**	**261.852**

(a) O saldo refere-se ao impacto do reconhecimento da parcela da revisão tarifária periódica no fluxo do ativo de contrato no exercício. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	23.470	20.126
Não circulante	272.507	241.726
	295.977	**261.852**

12 Impostos e contribuições a recuperar	2022	2021
Imposto de renda	-	161
Contribuição social	-	260
Outros	104	186
	104	**607**

13 Fornecedores	2022	2021
Materiais e serviços	149	754
Partes relacionadas	28	303
	177	**1.057**

14 Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**42.992**	**50.256**
Juros	3.228	2.958
Amortização - principal	(7.272)	(7.258)
Amortização - juros	(2.970)	(2.964)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**35.978**	**42.992**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	7.273	7.386
Não circulante	28.705	35.606
	35.978	**42.992**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 23 de dezembro de 2013 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total do financiamento foi de R$ 84.600 divididos em 2 (dois) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 69.800 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 1,97% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de fevereiro de 2029. ii. Subcrédito B no valor de R$ 14.800 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 3,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de novembro de 2023. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	5.556
Em 2025	5.556
Em 2026	5.556
A partir de 2027	12.037
	28.705

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3 e o ICP igual ou superior a 30%. Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**1,93**
(A) Geração de caixa da atividade	19.794
(B) Serviço da dívida	10.242
(A) Geração de caixa da atividade	**19.794**
(+) LAJIDA (EBITDA)	19.995
(-) Pagamento de imposto de renda	(36)
(-) Pagamento de contribuição social	(165)
(B) Serviço da divida	**10.242**
(+) Amortização de principal	7.272
(+) Pagamento de juros	2.970
EBITIDA	**19.995**
(+/ -) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	12.130
(+/ -) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	1.605
(+) Depreciações e amortizações	6.260

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	**73%**
(B) Patrimônio líquido	142.079
(C) Total do ativo	193.353

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

15 PIS e COFINS diferidos	2022	2021
PIS	1.895	1.675
COFINS	8.744	7.732
	10.639	**9.407**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	816	699
Não circulante	9.823	8.708
	10.639	**9.407**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2022	2021
Imposto de renda	11.424	8.694
Contribuição social	4.113	3.130
	15.537	**11.824**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	15.537	11.824
	15.537	**11.824**

17 Passivos contingentes: (a) Desconto da parcela variável - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R$ 9.696 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 28 de maio de 2021 através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) os acionistas aprovaram, conforme suas respectivas participações, o aumento de capital social no valor de R$ 2.021, por meio da integralização do adiantamento para futuro aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 140.732, dividido em 140.732.000 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo:

		Ações (mil)	
	%	2022	2021
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	71.773	71.773
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	68.959	68.959
	100%	**140.732**	**140.732**

(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado foi de R$ 2.357 (R$ 924 em 31 de dezembro de 2021). **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado foi de R$ 33.584 (R$ 13.161 em 31 de dezembro de 2021). **iii. Reserva de lucros a realizar -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado foi de R$ 11.195. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 4.387, sendo R$ 2.238 pagos para Celeo e R$ 2.149 pagos para a Copel. **(d) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) -** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia integralizou o AFAC conforme nota explicativa 18 (a).

19 Receita operacional liquida		2022	2021
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	(a)	30.326	-
Remuneração do ativo		24.522	22.312
Receita de operação e manuntenção		9.452	8.539
Parcela variável		(138)	(168)
Receita bruta		**64.162**	**30.683**
PIS e COFINS correntes		(1.094)	(961)
PIS e COFINS diferidos		(1.231)	(145)
Encargos setoriais		(1.162)	(1.027)
Deduções da receita		**(3.487)**	**(2.133)**
		60.675	**28.550**

(a) Conforme nota explicativa 11.

20 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais		2022	2021
Serviço de operação e manutenção	(i)	(3.265)	(3.257)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão		(689)	(130)
Serviços de vigilância		(227)	(318)
Consultorias		(216)	(305)
Diversos		(232)	(102)
		(4.629)	**(4.112)**

i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Copel.

(b) Despesas operacionais		2022	2021
Prestação de serviços administrativos	(i)	(426)	(343)
Consultorias		(93)	(356)
Diversos		(58)	(80)
		(577)	**(779)**

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo, veja nota explicativa 23.

21 Despesas financeiras líquidas	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	1.829	638
Outras receitas	59	230
Receitas financeiras	**1.888**	**868**
Juros do empréstimo	(3.228)	(2.958)
Outras despesas	(265)	(258)
Despesas financeiras	**(3.493)**	**(3.216)**
	(1.605)	**(2.348)**

22 Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	20.867	20.867	19.256	19.256
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo da receita	6.677	6.677	6.162	6.162
Receita de O&M	9.452	9.452	7.181	7.181
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	756	1.134	574	862
Receitas financeiras	1.888	1.888	868	868
Exclusões	(2.574)	(2.574)	(2.759)	(2.759)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Imposto corrente	**(1.693)**	**(652)**	**(1.187)**	**(462)**
Diferenças temporárias	(2.730)	(983)	(347)	(125)
Imposto diferido	**(2.730)**	**(983)**	**(347)**	**(125)**

23 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

		Ativo		Despesa	
		2022	2021	2022	2021
Celeo Redes	(i)	255	255	(426)	(343)
Copel	(ii)	-	-	(3.585)	(3.257)
		255	**255**	**(4.011)**	**(3.600)**

i. Refere-se contrato com a Celeo referente a prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 15 de outubro de 2017 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meio de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 322, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. ii. Refere-se contrato com a Copel referente ao serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 11 de maio de 2021 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 3.125 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; **(b) Remuneração da administração -** Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração da diretoria, do conselho fiscal e do conselho de administração foi de R$ 194 (R$ 171 em 31 de dezembro de 2021) e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais. **(c) Dividendos -** No dia 20 de maio de 2022, a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, nos valores totais de R$ 4.387, respectivamente. Sendo R$ 2.238 para a Celeo e R$ 2.149 para a Copel. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação. **24 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(2.715)	(2.036)	(1.357)
Financiamento	Aumento do TJLP	2.572	1.929	1.286

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. A TJLP para o cenário provável (7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 100.353 mil para danos materiais e R$ 10.000 mil para responsabilidade civil geral.

Júlio César de Castro Martins
Diretor Presidente

Luiz Carlos Leite
Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8 S-PR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Caiuá Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Caiuá Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caiuá Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

encruzo novo transmissora

ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 19.080 mil, um incremento de 10,5%, quando comparada com a RAP para o ciclo 2021-2022 foi de R$ 17.077 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2022 e 2021 foi de 99,95% e 100%, respectivamente. **(c) Pagamento de dividendos -** No exercício de 2022 a Companhia pagou o montante de R$ 12.001 mil para a Celeo Redes Brasil S.A. referente aos dividendos apurados sobre os exercícios anteriores. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	34	2.213
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	1.904	4.256
Concessionárias e permissionárias	10	1.278	1.686
Ativo de contrato	11	11.347	10.849
Impostos e contribuições a recuperar		104	106
Outros ativos		815	789
Total do ativo circulante		**15.482**	**19.899**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	1.453	1.458
Ativo de contrato	11	**118.372**	**116.837**
Total do realizável a longo prazo		**119.826**	**118.295**
Imobilizado e Intangível		1.059	1.061
Total do imobilizado + intangível		**1.059**	**1.061**
Total do ativo não circulante		**120.884**	**119.356**
Total do ativo		**136.366**	**139.255**
Fornecedores		310	534
Financiamento	12	4.123	4.021
Salários e encargos a pagar		235	207
Impostos e contribuições a recolher	13	3.527	2.653
Pis e Cofins diferidos	14	414	396
Dividendos a pagar	23 (b)	11.634	18.208
Encargos setoriais		498	449
Outros passivos		1.356	774
Total do passivo circulante		**22.097**	**27.242**
Financiamento	12	12.867	16.886
Pis e Cofins diferidos	14	4.321	4.265
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	15.384	15.162
Adiantamento para futuro aumento de capital	23 (c)	14.593	14.593
Total do passivo não circulante		**47.165**	**50.906**
Total dos passivos		**69.262**	**78.148**
Capital social	17 (a)	33.000	33.000
Reserva de lucros	17 (b)	34.104	28.107
Total do patrimônio líquido		**67.104**	**61.107**
Total do passivo e patrimônio líquido		**136.366**	**139.255**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**33.000**	**2.661**	**10.868**	**8.434**	**-**	**54.963**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.703	11.703
Reserva legal	17 (b)	-	585	-	-	(585)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(5.559)	(5.559)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	5.559	-	(5.559)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**33.000**	**3.246**	**16.427**	**8.434**	**-**	**61.107**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.424	11.424
Reserva legal	17 (b)	-	571	-	-	(571)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(5.427)	(5.427)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	5.427	-	(5.427)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**33.000**	**3.817**	**21.854**	**8.434**	**-**	**67.104**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	**18.231**	**17.413**
Pessoal		(882)	(707)
Material		(103)	(235)
Serviços de terceiros	19 (a)	(1.950)	(969)
Outros	20	(452)	(329)
Custos operacionais		**(3.387)**	**(2.240)**
Lucro bruto		**14.844**	**15.173**
Pessoal		(7)	(5)
Serviços de terceiros	19 (b)	(507)	(448)
Outros		(15)	(11)
Despesas operacionais		**(529)**	**(464)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**14.315**	**14.709**
Receitas financeiras		700	230
Despesas financeiras		(1.799)	(1.687)
Resultado financeiro	21	**(1.099)**	**(1.457)**
Resultado antes dos impostos		**13.216**	**13.252**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.571)	(1.300)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(221)	(249)
Imposto de renda e contribuição social	22	**(1.792)**	**(1.549)**
Lucro líquido do exercício		**11.424**	**11.703**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	11.424	11.703
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**11.424**	**11.703**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		11.424	11.703
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		221	249
- Pis e Cofins diferidos		74	82
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	1.669	1.594
- Ativo de contrato - remuneração	11	(12.887)	(12.672)
		501	**957**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		2.352	(2.533)
- Concessionárias e permissionárias		408	(209)
- Ativo de contrato	11	10.854	10.378
- Impostos e contribuições a recuperar		1	298
- Outros ativos		(26)	642
- Fornecedores		(224)	297
- Impostos e contribuições a recolher		1.461	926
- Encargos setoriais		48	(23)
- Outros passivos		585	(470)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**15.960**	**10.263**
Impostos pagos sobre receita tributável		(558)	(436)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(1.542)	(1.600)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**13.860**	**8.227**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		5	112
Imobilizado e intangível		1	3
Caixa proveniente das atividades de investimento		**6**	**115**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	23 (b)	(12.001)	(2.700)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(4.044)	(4.033)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		**(16.045)**	**(6.733)**
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(2.179)**	**1.608**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.213	605
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**34**	**2.213**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: A Encruzo Novo Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo"). A companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 6.615 mil e R$ 7.344 mil em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, devido à constituição do dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 017/2010 ("Contrato") tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 240 km com origem na Subestação Miranda e término na Subestação Encruzo Novo; Subestação Encruzo Novo em 230/69 kV; e Entrada de linha e interligação de barras. O Contrato foi assinado no dia 13 de dezembro de 2010 e tem vigência de 30 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2012. **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R$ 19.080 (R$ 17.077 para o ciclo 2021-2022), um incremento de 10,5% decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **1.3 Revisão tarifária periódica -** A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de março de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre a base de cálculo presumida, conforme a receita da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisão para perdas esperadas de créditos -** A Provisão para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em

Continua

Continuação...

ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021
Caixa e bancos		34	36
CDB	(a)	-	16
Operações compromissadas	(a)	-	2.161
		34	2.213

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,70% do DI em 31 de dezembro de 2022 (99,70 % em 2021) com vencimento em novembro de 2023 e janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os montantes de R$ 1.453 e R$ 1.458, respectivamente, estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (2,95% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias	2022	2021
A vencer	1.036	1.521
Até 3 meses	3	3
De 3 a 12 meses	88	4
Acima de 12 meses	151	158
	1.278	**1.686**

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**127.686**	**125.392**
Remuneração do ativo de contrato	12.887	12.672
Recebimentos	(10.854)	(10.378)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**129.719**	**127.686**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	11.347	10.849
Não circulante	118.372	116.837
	129.719	**127.687**

12 Financiamento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**20.907**	**24.946**
Juros	1.669	1.595
Amortização - principal	(4.044)	(4.033)
Amortização - juros	(1.542)	(1.600)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**16.990**	**20.907**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	4.123	4.021
Não circulante	12.867	16.886
	16.990	**20.907**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 8 de outubro de 2012 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O valor total do financiamento foi de R$ 53.081 dividos em 3 (três) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 42.400 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,42% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de fevereiro de 2027. ii. Subcrédito no valor de R$ 10.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,02% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de fevereiro de 2027. iii. Subcrédito C no valor de R$ 481 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de fevereiro de 2027. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2023	4.123
Em 2024	4.063
Em 2025	4.063
A partir de 2026	618
	12.867

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido / Ativo Total) de no mínimo 1,3 para O ICSD e 30% para o Indice de Capital Próprio (ICP). Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**2,49**
(A) Geração de caixa da atividade	13.885
(B) Serviço da dívida	5.586
(A) Geração de caixa da atividade	**13.885**
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	2.213
(+) LAJIDA (EBITDA)	12.230
(-) Pagamento de imposto de renda	(322)
(-) Pagamento de contribuição social	(236)
(B) Serviço da dívida	**5.586**
(+) Amortização de principal	4.044
(+) Pagamento de juros	1.542
EBITDA	**12.230**
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	13.216
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	1.099
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	74
(-) Receita com ativo financeiro	(12.887)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(5.392)
(+) Receita Anual Permitida no exercício	16.275
(+/-) Outros ajustes IFRS	(155)

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	**39%**
(B) Patrimônio líquido	31.604
(C) Total do ativo	80.748

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

13 Impostos e contribuições a recolher	2022	2021
Imposto de renda	2.572	1.954
Contribuição social	812	615
COFINS	44	83
Outros	99	1
	3.527	**2.653**

14 PIS e COFINS diferidos	2022	2021
PIS	844	831
COFINS	3.891	3.830
	4.735	**4.661**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	414	396
Não circulante	4.321	4.265
	4.735	**4.661**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2022	2021
Imposto de renda	11.312	11.149
Contribuição social	4.072	4.013
	15.384	**15.162**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	15.384	15.162
	15.384	**15.162**

16 Passivo contingente: (a) Riscos socioambientais - A Companhia é ré em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público sob o argumento de que a Encruzo Novo não teria implementado, durante o processo de licenciamento ambiental, medidas necessárias para identificar e mitigar impactos socioambientais advindos da construção da LT 230 kV Miranda - Encruzo Novo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R$ 600 e foi avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com chances prováveis de perda. **(b) Servidão administrativa -** A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R$ 50 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 33.000 dividido em 66.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 571 e R$ 585, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 5.427 e R$ 5.559, respectivamente. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 5.427 e R$ 5.559, respectivamente.

18 Receita operacional líquida		2022	2021
Remuneração do ativo		15.532	13.573
Receita de operação e manuntenção		5.392	5.156
Parcela variável	(a)	(1.262)	-
Receita bruta		**19.662**	**18.729**
PIS e COFINS correntes		(664)	(598)
PIS e COFINS diferidos		(74)	(83)
Encargos setoriais		(693)	(635)
Deduções da receita		**(1.431)**	**(1.316)**
		18.231	**17.413**

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam a linha de transmissão.

19 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais		2022	2021
Serviços de operação e manutenção	(i)	(161)	(161)
Manutenção de faixa	(ii)	(276)	(264)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão		(721)	(6)
Vigilância e segurança		(36)	(174)
Compartilhamento de instalação		(146)	(118)
Diversos		(610)	(246)
		(1.950)	**(969)**

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. (ii) Refere-se aos custos sobre prestação de serviço para manutenção de acesso e limpeza de faixas das linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais		2022	2021
Prestação de serviços administrativos	(i)	(165)	(165)
Consultorias		(272)	(128)
Diversos		(70)	(155)
		(507)	**(448)**

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

20 Outros custos	2022	2021
Viagem e hospedagem	(258)	(137)
Energia elétrica	(32)	(36)
Seguro	(36)	(79)
Diversos	(126)	(77)
	(452)	**(329)**

21 Resultado financeiro	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	689	223
Outras receitas	11	7
Receitas financeiras	**700**	**230**
Juros - financiamento	(1.669)	(1.594)
Outras despesas	(130)	(93)
Despesas financeiras	**(1.799)**	**(1.687)**
	(1.099)	**(1.457)**

22 Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	10.211	10.211	9.397	9.397
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo da receita	3.268	3.268	3.007	3.007
Receita de O&M	7.266	7.266	6.095	6.095
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	581	872	488	731
Receitas financeiras	700	700	230	230
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Imposto corrente	**(1.135)**	**(436)**	**(938)**	**(362)**
Diferenças temporárias	(162)	(59)	(183)	(66)
Imposto diferido	**(162)**	**(59)**	**(183)**	**(66)**

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais	Passivo		Despesa	
	2022	2021	2022	2021
Celeo Redes	28	13	(326)	(326)

Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. **(b) Dividendos -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia pagou dividendos no valor total de R$ 12.001 e R$ 2.700, respectivamente, para a Celeo.

Em 31 de dezembro de 2021	**18.208**
Pagamento	(12.001)
Constituição dividendo mínimo obrigatório 2022	5.427
Em 31 de dezembro de 2022	**11.634**

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os acionistas mantém saldo referente a adiantamento para futuro aumento de capital no valor total de R$ 14.593. **(d) Remuneração da administração -** Em 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo. **24 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais benefícios às outras partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de acionamento de garantia fornecida pelos usuários ao ONS e a interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimentos permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(411)	(308)	(206)
Financiamento	Aumento do TJLP	1.215	911	607

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12,25%) foi considerado conforme relatório Focus de 30 de dezembro de 2022. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 23.725 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício Scovino de Souza
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.871.900/0001-19

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela LT 500 kV Açailândia -Miranda II, CS, com uma extensão de 365 km. Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Pagamento de dividendos -** Em 20 de maio de 2022 a Companhia pagou o montante de R$ 4.640 mil de dividendos, sendo R$ 2.367 mil para a Celeo e R$ 2.274 mil para a Copel. **(b) Receita Anual Permitida (RAP) -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 de R$ 48.435 (R$ 39.351 para o ciclo 2021-2022). Um aumento aproximado de 23,08%, decorrente da revisão tarifária periódica da RAP estabelecido pela Resolução Homologatória nº 3.050, de 21 de junho de 2022. **(c) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi respectivamente de 99,99% e 100%. **(d) Arbitragem -** Durante o exercício de 2019 a Companhia e a Elecnor do Brasil Ltda. iniciaram a audiência de arbitragem e foi decidido, em conjunto, a nomeação de um novo perito para atuar no processo. No dia 21 de agosto de 2020 o perito apresentou o laudo pericial reconhecendo que a Companhia deveria pagar à Elecnor o valor de R$ 28.101 mil (valor atualizado pelo IPCA). No dia 30 de agosto de 2020, as partes apresentaram suas manifestações ao laudo pericial e juntaram pareceres elaborados por seus assistentes técnicos. Nessa oportunidade, a Companhia requereu ao Tribunal Arbitral que determinasse ao Perito a realização de cálculos alternativos, conforme premissas indicadas em sua manifestação. No dia 30 de novembro de 2020, as partes apresentaram petições em atenção às manifestações ao laudo pericial e pareceres dos assistentes técnicos. A Companhia reiterou seu pedido para realização de cálculos alternativos, conforme as premissas por si indicadas. Ao longo de 2021 foram apresentados os cálculos alternativos e por meio da emissão da a Ordem Processual nº 25 no dia 6 de dezembro de 2021 o Tribunal Arbitral informou que a sentença arbitral seria apresentada no primeiro trimestre de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o processo continua em andamento. Conforme nota explicativa 17, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão foi de R$ 30.049. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social. **(c) Conselho de Administração -** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e aprovar as normas de procedimento para a administração da companhia. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	38	5.117
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	25.278	11.384
Concessionárias e permissionárias	10	2.822	4.009
Ativo de contrato	11	44.357	38.119
Impostos e contribuições a recuperar	12	4.691	4.413
Outros ativos		1.604	2.177
Total do ativo circulante		**78.790**	**65.219**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	8.309	5.128
Ativo de contrato	11	519.861	462.224
Total do realizável a longo prazo		**528.170**	**467.352**
Imobilizado e Intangível		1.412	1.397
Total do imobilizado + intangível		**1.412**	**1.397**
Total do ativo não circulante		**529.582**	**468.749**
Total do ativo		**608.372**	**533.968**
Fornecedores	13	30.532	33.082
Financiamento	14	12.774	13.169
Salários e encargos a pagar		194	211
Impostos e contribuições a recolher		73	247
Pis e Cofins diferidos	15	3.906	3.082
Dividendos a pagar	18 (c)	14.052	4.640
Encargos setoriais		810	530
Outros passivos		1.336	1.253
Total do passivo circulante		**63.677**	**56.214**
Financiamento	14	40.415	52.653
Pis e Cofins diferidos	15	47.049	42.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	84.737	60.714
Total do passivo não circulante		**172.201**	**155.438**
Total dos passivos		**235.878**	**211.652**
Capital social	18 (a)	186.704	186.704
Reserva de lucros	18 (b)	185.790	135.612
Total do patrimônio líquido		**372.494**	**322.316**
Total do passivo e patrimônio líquido		**608.372**	**533.968**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	**96.300**	**44.311**
Pessoal		(996)	(876)
Material		(69)	(77)
Serviços de terceiros	20 (a)	(3.374)	(2.780)
Arbitragem	17 (a)	2.267	(4.215)
Outros		(267)	(467)
Custos operacionais		**(2.439)**	**(8.415)**
Lucro bruto		**93.861**	**35.896**
Pessoal		(518)	(500)
Serviços de terceiros	20 (b)	(980)	(868)
Outros		(85)	(725)
Despesas operacionais		**(1.583)**	**(2.093)**
Resultado antes das despesas financeiras		**92.278**	**33.803**
Receitas financeiras		2.869	851
Despesas financeiras		(5.155)	(4.805)
Despesas financeiras líquidas	21	**(2.286)**	**(3.954)**
Resultado antes dos impostos		**89.992**	**29.849**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.740)	(1.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24.023)	(5.461)
Imposto de renda e contribuição social	22	**(25.763)**	**(6.702)**
Lucro líquido do exercício		**64.229**	**23.147**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	64.229	23.147
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**64.229**	**23.147**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		64.229	23.147
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.023	5.461
- Pis e Cofins diferidos		5.802	698
- Atualização (Reversão) da provisão da arbitragem	17 (a)	(2.267)	4.215
- Juros e correção monetária sobre financiamento	21	4.891	4.640
- Amortização e depreciação			
- Efeito da revisão tarifária periódica		(56.261)	-
- Ativo de contrato - remuneração	11	(47.945)	(45.077)
		(7.528)	**(6.916)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(13.895)	(3.137)
- Concessionárias e permissionárias		1.188	(158)
- Ativo de contrato	11	40.331	36.477
- Impostos e contribuições a recuperar		(2.306)	1.769
- Outros ativos		573	(36)
- Fornecedores		(283)	(164)
- Salários e encargos a pagar		(17)	55
- Impostos e contribuições a recolher		(174)	15
- Encargos setoriais		280	(201)
- Outros passivos		82	427
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**18.251**	**28.131**
Impostos pagos sobre lucro		2.028	(1.640)
Financiamentos - pagamento de juros	14	(4.535)	(4.653)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**15.745**	**21.838**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(3.180)	(440)
Imobilizado e intangível		(14)	8
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(3.194)**	**(432)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	23 (c)	(4.640)	(7.768)
Financiamentos - pagamento de principal	14	(12.989)	(12.969)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(17.629)**	**(20.737)**
(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**(5.079)**	**669**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.117	4.448
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**38**	**5.117**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**186.704**	**7.366**	**6.311**	**90.844**	**12.584**	**-**	**303.809**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.147	23.147
Reserva legal	18 (b)	-	1.157	-	-	-	(1.157)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	3.424	-	-	(3.424)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(4.640)	(4.640)
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	13.926	-	(13.926)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**186.704**	**8.523**	**9.735**	**104.770**	**12.584**	**-**	**322.316**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	64.229	64.229
Reserva legal	18 (b)	-	3.211	-	-	-	(3.211)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	4.810	-	-	(4.810)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(14.052)	(14.052)
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	42.156	-	(42.156)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**186.704**	**11.734**	**14.545**	**146.926**	**12.584**	**-**	**372.494**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela LT 500 kV Açailândia -Miranda II, CS, com uma extensão de 365 km. Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 011/2012 ("Contrato") tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção no estado do Maranhão das instalações de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 365 km, com origem na subestação Acailândia e término na subestação Miranda II; e (ii) entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 10 de maio de 2012 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 10 de maio de 2042. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2014. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo de 2017/2018. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 de R$ 48.435 (R$ 39.351 para o ciclo 2021-2022). Um aumento aproximado de 23,08%, decorrente da revisão tarifária periódica da RAP estabelecido pela Resolução Homologatória nº 3.050, de 21 de junho de 2022. **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2017-2018 e a segunda ocorreu no ciclo 2022-2023 e seu impacto está demonstrado na nota explicativa 1.2. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 9% e 16%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconheci-

Continua

Continuação...

INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.871.900/0001-19

do no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos -** A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **6.8 Reserva para incentivo fiscal -** As subvenções fiscais visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se fosse devido, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à conta de reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa	**2022**	**2021**
Caixa e bancos	38	3.266
CDB	-	1.851
	38	**5.117**

9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante - As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia. A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,72% (99,07% em 2021) do DI com vencimento entre maio e novembro de 2023. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (5% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias	**2022**	**2021**
A vencer	2.273	3.707
Até 3 meses	13	-
De 3 a 12 meses	250	-
Acima de 12 meses	286	302
	2.822	**4.009**

11 Ativo de contrato			
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**500.343**	**491.743**
Efeito da revisão tarifária periódica	(a)	56.261	-
Remuneração do ativo de contrato		47.945	45.077
Recebimentos		(40.331)	(36.477)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		**564.218**	**500.343**

(a) No segundo semestre de 2022, a RAP da IMTE foi reajustada em razão da Revisão Tarifária Periódica (RTP), impactando o ativo de contrato da transmissão e o resultado da Companhia em R$ 56.261. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	44.357	38.119
Não circulante	519.861	462.224
	564.218	**500.343**

12 Impostos e contribuições a recuperar	**2022**	**2021**
Imposto de renda	3.275	3.040
Contribuição social	997	916
Outros	419	457
	4.691	**4.413**

13 Fornecedores		**2022**	**2021**
Materiais e serviços		228	535
Partes relacionadas	(a)	30.304	32.547
		30.532	**33.082**

(a) Veja nota explicativa 23 (a).

14 Financiamentos		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**65.822**	**78.804**
Juros	4.891	4.640
Amortização - principal	(12.989)	(12.969)
Amortização - juros	(4.535)	(4.653)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**53.189**	**65.822**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	12.774	13.169
Não circulante	40.415	52.653
	53.189	**65.822**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2013 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O valor total do financiamento foi de R$ 142.150 divididos em 3 (três) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 97.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,42% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de fevereiro de 2029. ii. Subcrédito B no valor de R$ 44.100 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 3,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de novembro de 2023. iii. Subcrédito C no valor de R$ 750 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de fevereiro de 2029. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	7.822
Em 2025	7.822
Em 2026	7.822
A partir de 2027	16.949
	40.415

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,2 e o ICP igual ou superior a 30%. Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**1,75**
(A) Geração de caixa da atividade	30.658
(B) Serviço da dívida	17.524
(A) Geração de caixa da atividade	**30.658**
(+) LAJIDA (EBITDA)	32.686
(-) Pagamento de imposto de renda	(150)
(-) Pagamento de contribuição social	(1.878)
(B) Serviço da dívida	**17.524**
(+) Amortização de principal	12.989
(+) Pagamento de juros	4.535
EBITIDA	**32.686**
(+/ -) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	89.992
(+/ -) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	2.286
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	5.802
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(104.206)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(8.767)
(+) RAP no exercício	45.856
(+/ -) Outros ajustes IFRS	1.723

(b) Índice de capital próprio (ICP)	
(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	**70%**
(B) Patrimônio líquido	231.184
(C) Total do ativo	331.371

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

15 PIS e COFINS diferidos	**2022**	**2021**
PIS	9.089	8.054
COFINS	41.866	37.099
	50.955	**45.153**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	3.906	3.082
Não circulante	47.049	42.071
	50.955	**45.153**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2022**	**2021**
Imposto de renda	62.306	44.642
Contribuição social	22.430	16.072
	84.737	**60.714**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	**2021**
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	87.004	59.281
Provisão para arbitragem	(2.267)	1.433
	84.737	**60.714**

17 Provisões e passivos contingentes: (a) Arbitragem - A Companhia está em processo de arbitragem com a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das instalações das linhas de transmissão da Companhia e alega que os custos adicionais que teve para concluir o empreendimento foram de responsabilidades da Companhia. Um perito independente foi contratado para apurar o valor desses custos adicionais e chegou-se no montante de R$ 45.506. O valor foi reconhecido inicialmente na rubrica de fornecedores. No dia 4 de setembro de 2017 a Elecnor protocolou na Câmara de Conciliação, Medição e Arbitragem CIESP/FESP requerimento de instauração de processo arbitral contra a Companhia, pleiteando o aditivo contratual referente aos custos adicionais. No dia 22 de maio de 2018 a Companhia e a Elecnor assinaram o Termo de Arbitragem. Após alegações por ambas as partes, no dia 20 de dezembro de 2018 o Tribunal Arbitral emitiu a ordem processual, por meio da qual (i) deferiu a produção de prova oral requerida pelas partes; (ii) esclareceu que a audiência de instrução será oportunamente designada; e (iii) determinou que as partes apresentem seus rois de testemunhas. Nos dias 12 e 13 de junho de 2019 ocorreu a audiência de instrução para discussão dos pleitos das Partes. Além das questões preliminares, foram discutidos os aspectos técnicos dos pleitos formulados pela Elecnor. Após a audiência, ficou estabelecido que as partes deveriam, em conjunto, nomear um perito técnico para produção de prova técnico-pericial em suporte aos pleitos de parte a parte, sendo este indicado pelas partes no dia 30 de setembro de 2019 para atuar no processo. No dia 21 de agosto de 2020 o perito apresentou o laudo pericial reconhecendo que a Companhia deveria pagar à Elecnor o valor de R$ 28.101 mil (valor atualizado pelo IPCA). A Companhia atualizou o valor reconhecido no passivo, e como resultado reconheceu uma reversão de provisão de R$ 17.405. Conforme nota explicativa 23, em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão foi de R$ 28.101. No dia 30 de agosto de 2020, as partes apresentaram suas manifestações ao laudo pericial e juntaram pareceres elaborados por seus assistentes técnicos. Nessa oportunidade, a Companhia requereu ao Tribunal Arbitral que determinasse ao Perito a realização de cálculos alternativos, conforme premissas indicadas em sua manifestação. No dia 30 de novembro de 2020, as partes apresentaram petições em atenção às manifestações ao laudo pericial e pareceres dos assistentes técnicos. A Companhia reiterou seu pedido para realização de cálculos alternativos, conforme as premissas por si indicadas. Ao longo de 2021 foram apresentados os cálculos alternativos e por meio da emissão da a Ordem Processual nº 25 no dia 6 de dezembro de 2021 o Tribunal Arbitral informou que a sentença arbitral seria apresentada no primeiro trimestre de 2022. A Elecnor apresentou um laudo pericial divergente com o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$ 56.231. No dia 3 de maio de 2022, por meio da emissão da a Ordem Processual nº 28, o Tribunal Arbitral estabeleceu prazos para as partes apresentarem manifestações indicando o critério e valor da liquidação que entendiam ser devido, porém a Companhia e a Elecnor apresentaram manifestações informando o insucesso de tratativas de acordo e requerendo a retomada do procedimento arbitral. Por meio da emissão da Ordem Processual nº 30 no dia 18 de novembro de 2022 o Tribunal Arbitral determinou o início de uma nova perícia. Em 31 de dezembro de 2022 o processo continua em andamento. Conforme nota explicativa 23, em 31 de dezembro de 2022 o saldo atualizado da provisão é de R$ 30.049, gerando um impacto de R$ 2.267 no resultado do exercício. **(b) Desconto da parcela variável -** A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R$ 6.143 e R$ 5.159, respectivamente e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **(c) Servidão administrativa -** A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R$ 1.833 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos sendo R$ 1.105 como risco de perda provável e R$ 818 como risco de perda possível. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. **(d) Compensação de créditos tributários -** A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R$ 2.230 e R$ 2.468, respectivamente e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 186.704 dividido em 186.703.780 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	2022 e 2021	
	%	**Ações (mil)**
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	95.219
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	91.485
	100%	**186.704**

(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor destinado foi de R$ 3.211 e R$ 1.157, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 42.157 e R$ 13.926, respectivamente. **iii. Reserva de incentivos fiscais -** Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Maranhão. No dia 27 de dezembro de 2017 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), emitiu o Laudo Constituitivo nº 0229/2017, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2017 até 2026. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) fornecer informações à SUDENE; e (v) apresentar anualmente à Sudene a certidão de regularidade fiscal. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 4.810 e R$ 3.424, respectivamente. **iv. Reserva de lucros a realizar -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 14.052 e R$ 4.640, respectivamente.

19 Receita operacional líquida		**2022**	**2021**
Efeito da revisão tarifária periódica	(a)	56.261	-
Remuneração do ativo		42.803	42.433
Receita de operação e manuntenção		8.767	7.929
Receita bruta		**107.831**	**50.362**
Pis e Cofins correntes		(4.023)	(3.767)
Pis e Cofins diferidos		(5.802)	(698)
Encargos setoriais		(1.706)	(1.586)
Deduções da receita		**(11.531)**	**(6.051)**
		96.300	**44.311**

(a) Conforme nota explicativa 11.

20 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais		**2022**	**2021**
Serviço de operação e manuntenção	(i)	(1.579)	(1.140)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão		(833)	(704)
Manutenção de faixa		(98)	(356)
Meio ambiente		(268)	(112)
Contrato de compartilhamento de instalação		(202)	(177)
Diversos		(394)	(291)
		(3.374)	**(2.780)**

i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.

(b) Despesas operacionais		**2022**	**2021**
Prestação de serviços administrativos	(i)	(398)	(343)
Consultorias		(486)	(208)
Diversos		(96)	(317)
		(980)	**(868)**

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

21 Despesas financeiras líquidas	**2022**	**2021**
Rendimento de aplicação financeira	2.765	666
Outras receitas	104	185
Receitas financeiras	**2.869**	**851**
Juros do financiamento	(4.891)	(4.640)
Outras despesas	(264)	(165)
Despesas financeiras	**(5.155)**	**(4.805)**
	(2.286)	**(3.954)**

22 Imposto de renda e contribuição social		**2022**	**2021**
Resultado antes dos impostos		**89.992**	**29.849**
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%		(30.597)	(10.149)
Incentivo fiscal - SUDENE	(a)	4.810	3.424
Adições (exclusões)		24	22
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva		**(25.763)**	**(6.702)**
Alíquota efetiva		29%	22%

(a) Conforme descrito na nota explicativa 18 (b).

23 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

		Passivo		**Receita (despesa)**	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
Elecnor	(i)	30.049	32.316	2.267	(4.215)
Celeo Redes	(ii)	255	231	(1.976)	(1.595)
		30.304	**32.547**	**291**	**(5.810)**

i. Conforme descrito na nota explicativa 17 (a). ii. Refere-se ao contrato com a Celeo pelo (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 13 de agosto de 2013 e possui vigência de 2 (dois) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 975, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 15 de outubro de 2017 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R$ 322, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. **(b) Remuneração da administração -** Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração da diretoria, do conselho fiscal e do conselho de administração foi de R$ 237 (R$ 254 em 31 de dezembro de 2021) e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais. **(c) Dividendos -** Nos dias 20 de maio de 2022 a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, nos valores totais de R$ 4.640. Sendo R$ 2.366 para a Celeo e R$ 2.274 para a Copel. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação. **24 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	**(i)**	**(ii)**	**(iii)**
Aplicação financeira	Redução do CDI	(4.282)	(3.212)	(2.141)
Financiamento	Aumento da TJLP	3.803	2.852	1.902

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. A TJLP para o cenário provável (7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 31.496 mil para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

Júlio César de Castro Martins
Diretor Presidente

Luiz Carlos Leite
Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8 - S-PR

Continua

Continuação...

IMTE ENERGIA

INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.871.900/0001-19

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Rio de Janeiro

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. **Manhã** **Tarde** **Noite** 33° 21° 85% 05:51 18:14

AstraZeneca

Anvisa suspende autorização para remédio contra Covid

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) suspendeu temporariamente, ontem, a autorização de uso emergencial do medicamento Evusheld (ou AZD7442), da AstraZeneca, para tratamento da Covid-19.

A autorização está suspensa até que sejam apresentados dados que comprovem a eficácia do medicamento contra as variantes de preocupação da Covid em circulação no Brasil.

Segundo a agência reguladora, a variante Ômicron e suas subvariantes são predominantes no Brasil, apresentando recentemente uma prevalência de 77% para a BQ.1 e 15% para a BA.5.

Em janeiro, a FDA, a agência americana de regulamentação de medicamentos e alimentos nos Estados Unidos, tomou decisão semelhante após a avaliação de que o Evusheld não tem evidência de neutralização das subvariantes da Ômicron.

"A Anvisa vem acompanhando a eficácia dos medicamentos aprovados contra as novas variantes do Sars-CoV-2 e, de acordo com os dados apresentados pela empresa, o medicamento Evusheld demonstrou queda significativa na atividade contra as variantes de preocupação do novo coronavírus em circulação no país", disse a agência brasileira, em nota.

Caso existam lotes do medicamento em território brasileiro, a recomendação da Anvisa é que a empresa detentora da autorização faça a devida comunicação aos profissionais de saúde quanto à ineficácia do medicamento contra as variantes em circulação.

A diretoria colegiada da Anvisa aprovou em dezembro do ano passado o uso emergencial do medicamento Evusheld.

O medicamento é uma combinação de anticorpos monoclonais cilgavimabe + tixagevimabe. Até então ele era indicado para profilaxia pré-exposição, ou seja, para indivíduos que não estão infectados com a Covid-19 e não tiveram contato com o vírus.

O medicamento também é indicado para pessoas que não devem tomar a vacina da Covid-19 devido a um histórico de reação adversa grave. Para quem pode usar o imunizante, ele deve ser administrado pelo menos duas semanas após a vacinação.

O medicamento já foi aprovado por outras agências reguladoras em países como os Estados Unidos, França, Israel, Itália, Barein, Egito e Emirados Árabes Unidos.

Noroeste Fluminense

Secretaria de Saúde entrega ambulâncias

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) entregou, segunda-feira passada, 15 novas ambulâncias a 13 cidades no Noroeste Fluminense para a implementação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) na região. A cerimônia aconteceu no Mercado Produtor de Itaperuna. A ação faz parte do projeto "Samu 100% RJ", que vai disponibilizar 249 veículos a todas as 92 cidades, além de repassar integralmente o valor de custeio do serviço por um ano aos municípios que estão implantando o atendimento. Desde janeiro, o projeto já distribuiu 160 ambulâncias para 50 municípios.

"Sabemos das necessidades da região, que é a mais distante da capital e uma das mais extensas também. Nossa equipe se dedicou para fazer a maior aquisição de ambulâncias com UTI da história do Samu para dar suporte avançado à vida. Nas 32 cidades que ainda não possuem os veículos, iremos implementar o serviço e dobraremos o valor do custeio. O Governo do Estado vai bancar o valor e queremos ver as ambulâncias circulando, indo até a casa das pessoas e salvando vidas", ressaltou o secretário de Estado de Saúde, Doutor Luizinho, que representou o governador Cláudio Castro em Itaperuna.

O custeio do Samu é tripartite, mas desde o ano passado a SES-RJ dobrou o valor pago, cobrindo a parcela do estado e também a dos municípios. Este ano, para possibilitar a implantação do Samu onde ainda não há o serviço, a SES-RJ vai pagar 100% do custeio por um ano, até que o município consiga a habilitação e financiamento do Ministério da Saúde.

Na segunda-feira, foram entregues três ambulâncias para Itaperuna e uma para cada um dos seguintes municípios: Varre-Sai, Porciúncula, Natividade, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Miracema, São José de Ubá, Italva, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Aperibé e Itaocara. A SES-RJ investiu R$ 87,4 milhões na renovação e ampliação da frota do Samu em todo o estado. Na Região Noroeste, R$ 64,7 milhões foram investidos na construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para unidades de saúde em Aperibé, Cardoso Moreira, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai.

Vítimas de violência

Alerj vai inaugurar sala para defesa de direitos de mulheres

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

No Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) inaugura uma sala de defesa dos direitos da mulher, com atendimento psicológico e jurídico para vítimas de violência. O anúncio foi feito ontem pela deputada Renata Souza, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Para Renata, os números de feminicídios no estado do Rio são alarmantes. "De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), houve aumento de 22% nos casos em 2022 em comparação ao ano anterior. No estado do Rio, 103 mulheres foram vítimas de feminicídio no ano passado", disse a parlamentar.

Segundo a deputada, é preciso aumentar o orçamento para políticas públicas destinadas à mulher no estado. "Orçamento significa prioridade do governo para um determinado tema", disse Renata, ao participar de audiência pública sobre os crescentes casos de feminicídio, na sede do Legislativo fluminense, no centro da cidade.

A coordenadora da Rede de Observatórios em Segurança Pública, Silvia Ramos, disse que, no ano passado, o estado do Rio registrou aumento de 45% nos casos de violência contra a mulher. "O que temos é o retrato de uma catástrofe civilizatória. Há muito trabalho pela frente em prevenção dos casos, em elucidação e punição dos crimes", afirmou a pesquisadora.

Há vagas

AgeRio abre concurso público com salário de até R$ 10.768,50

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) abriu na segunda-feira passada, inscrições para concurso público com seis vagas e formação de cadastro de reserva em diversas áreas. Haverá oportunidades para pessoa com deficiência (PcD) cumprindo a proporção de convocação das cotas (5%). O edital oferece vagas para os níveis Médio e Superior. As remunerações iniciais variam de R$ 2.826,08 a R$ 10.768,50, mais benefícios.

As inscrições poderão ser realizadas até o dia 3 de abril no site da Fundação Cesgranrio, em www.cesgranrio.org.br. O valor da taxa de inscrição será de R$ 70 para o cargo de Nível Médio e de R$ 100 para cargos de Nível Superior. As provas objetivas e discursivas serão aplicadas no dia 21/5. A validade do concurso será de dois anos prorrogáveis por igual período, a critério da AgeRio e o regime de contratação é CLT.

Atualmente, entre os empregados e diretores da AgeRio, 57,93% são concursados. Além disso, 88,89% dos cargos de gestão são ocupados por integrantes do quadro permanente. Pela primeira vez em sua história, a Diretoria Executiva é inteiramente formada por concursados. Para o presidente da AgeRio, André Vila Verde, o lançamento do concurso é significativo para o crescimento da empresa:

OPORTUNIDADES

Para o Nível Médio, o cargo será de Assistente Técnico Administrativo, com remuneração inicial de R$ 2.826,08. Será exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de Nível Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.

Já o cargo de Analista de Desenvolvimento é destinado a quem possui Nível Superior completo em diversas áreas. O salário inicial é de R$ 8.076,38. As áreas de atuação dentro da AgeRio serão Comunicação e Marketing (qualquer área de graduação); Contabilidade (graduação em Ciências Contábeis); Crédito, Risco e Finanças (qualquer área de graduação); Gestão, Administração e Planejamento (qualquer área de graduação) e Tecnologia da Informação (qualquer área de graduação).

Para Nível Superior completo haverá também vagas para Advogado e Engenheiro. A remuneração inicial é de R$ 10.768,50. Para o cargo de Advogado é requisito obrigatório o bacharelado em Direito e possuir registro definitivo no respectivo Conselho de Classe (OAB). Já o cargo de Engenheiro exige bacharelado em Engenharia Civil ou Engenharia Mecânica e registro definitivo no respectivo Conselho de Classe (Crea).

A carga horária de trabalho é de seis horas diárias, em um total de 30 horas semanais, para os cargos de Assistente e de Analista de Desenvolvimento; e de oito horas diárias, com um total de 40 horas semanais, para os cargos de Advogado e de Engenheiro.

2023

Theatro Municipal inicia temporada de concertos

O Theatro Municipal do Rio de Janeiro (TMRJ) inicia, no próximo dia 10, a temporada 2023 com a série de concertos Celebrações, que homenageia compositores da música internacional, entre eles Beethoven, Camille Saint-Saëns, Tchaikovsky, Wagner, Berlioz, Verdi e Adolphe Charles Adam. "Na nossa temporada de concertos, nós contemplaremos todos esses gênios da música", disse o diretor artístico do teatro, Eric Herrero. Segundo ele, o Municipal voltará com força total, em sua temporada artística até o fim do ano, sem interrupções, como ocorreu no ano passado. "A expectativa é repetir o sucesso registrado em 2022. O público voltou com muita força", disse.

Os concertos têm classificação livre e brindam o público com uma palestra gratuita uma hora antes de cada espetáculo, no Salão Assyrio. Os ingressos têm preços que vão desde R$ 15 (galerias lateral e central), R$ 30 (balcão superior lateral e balcão superior) e R$ 40 (plateia e balcão nobre) até R$ 60 (ingresso individual para frisas e camarotes) ou R$360 (seis lugares). Eles podem ser adquiridos no site do teatro.

Nos dias 10 e 11 deste mês, o teatro apresenta no seu palco principal a Sinfonia nº 9 em opus 125, de Ludwig Van Beethoven, com a participação do Coro e da Orquestra Sinfônica da casa (OSTM). No dia 10, o espetáculo será às 19h e, no dia seguinte, às 17h, tendo como solistas Michele Menezes (soprano), Andressa Inácio (contralto), Fernando Portari (tenor) e Savio Sperandio (baixo). A regência ficará a cargo do maestro titular da OSTM, Felipe Prazeres. Nos dias 15, às 12h, e 16, às 14h, serão apresentadas duas edições do Concerto Didático para Escolas, com O Carnaval dos Animais, de Camile Saint-Saëns, com a Orquestra Sinfônica do teatro e os pianistas Katia Baloussier e Murilo Emereciano. "Foi um grande sucesso no ano passado e muitas pessoas pediram para repetir", disse Herrero.

ABRIL

Em abril, o Concerto Sinfônico celebra os 130 anos de morte de Tchaikovsky, dentro da série Celebrações, com o Concerto para violino em Ré Maior, Opus 35, e o Concerto para piano, Opus 23, cujos solistas serão Ricardo Amado, no violino, e Álvaro Siviero, no piano, sob a regência do maestro Felipe Prazeres. Dia 20, haverá pré-estreia às 12h (para escolas) e, no dia 22, às 17h.

Ainda em abril, dentro do projeto Música Brasileira em Foco, haverá pré-estreia no dia 28, às 12h, para escolas, da ópera em concerto cênico Piedade, de João Guilherme Ripper, com os solistas Johnny França, Gabriella Pace, Ricardo Gaio e, no violão, Cyro Delvizio. O regente será o maestro Silvio Viegas. No dia 29, a sessão começará às 17h. A ópera trata da tragédia envolvendo o escritor Euclides da Cunha.

Eric Herrero informou que, em maio, o Theatro Municipal será palco do Concerto Coral Sinfônico, dentro da série Celebrações, comemorando os 210 anos de nascimento de Giuseppe Verdi, com a Missa de Réquiem. Os solistas serão Marly Montoni, Denise de Freitas, Paulo Mandarino e Hernán Iturralde. Segundo o diretor artístico, o espetáculo "mostra toda a força e esplendor do coro do Theatro Municipal, agora com sua energia renovada, com as contratações feitas no ano passado".

LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 35.616 mil (R$ 31.877 mil para o ciclo 2021-2022), um incremento de 11,73% decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2022 e 2021 foi de 100%. **(c) Pagamento de dividendos -** Em 08 de julho de 2022 a Companhia pagou o montante de R$ 4.451 mil de dividendos para a acionista Celeo Redes Brasil S.A.. **(d) Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) -** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a devolução integral de AFAC no montante de R$ 10.793 mil para a acionista Celeo Redes Brasil S.A.. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	114	3.953
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	3.880	9.973
Concessionárias e permissionárias	10	3.292	2.343
Ativo de contrato	11	26.268	25.131
Impostos e contribuições a recuperar		1	1
Outros ativos		721	602
Total do ativo circulante		**34.276**	**42.003**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	2.858	2.584
Ativo de contrato	11	275.584	271.656
Total do realizável a longo prazo		**278.442**	**274.240**
Imobilizado e Intangível		789	788
Total do imobilizado + intangível		**789**	**788**
Total do ativo não circulante		**279.231**	**275.028**
Total do ativo		**313.507**	**317.031**
Fornecedores		1.029	1.397
Financiamento	12	7.935	8.988
Salários e encargos a pagar		306	289
Impostos e contribuições a recolher	13	9.122	6.664
Pis e Cofins diferidos	14	908	869
Dividendos a pagar	23 (b)	5.328	4.451
Encargos setoriais		1.066	940
Outros passivos		300	168
Total do passivo circulante		**25.994**	**23.766**
Financiamento	12	25.319	33.049
Pis e Cofins diferidos	14	9.810	9.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	32.371	31.823
Adiantamento para futuro aumento de capital	23 (c)	-	10.793
Total do passivo não circulante		**67.500**	**85.358**
Total dos passivos		**93.494**	**109.124**
Capital social	17 (a)	147.000	147.000
Reserva de lucros	17 (b)	73.013	60.907
Total do patrimônio líquido		**220.013**	**207.907**
Total do passivo e patrimônio líquido		**313.507**	**317.031**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	**37.480**	**32.201**
Pessoal		(1.306)	(1.259)
Material		(147)	(987)
Serviços de terceiros	19 (a)	(5.241)	(2.878)
Outros	20	(552)	(575)
Custos operacionais		**(7.246)**	**(5.699)**
Lucro bruto		**30.234**	**26.502**
Pessoal		(10)	(13)
Serviços de terceiros	19 (b)	(1.268)	(1.305)
Outros		(20)	(12)
Despesas operacionais		**(1.298)**	**(1.330)**
Resultado antes das (despesas)/receitas financeiras		**28.936**	**25.172**
Receitas financeiras		1.560	517
Despesas financeiras		(3.676)	(3.377)
Resultado financeiro líquido	21	**(2.116)**	**(2.860)**
Resultado antes dos impostos		**26.820**	**22.312**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.838)	(2.965)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(548)	(607)
Imposto de renda e contribuição social	22	**(4.386)**	**(3.572)**
Lucro líquido do exercício		**22.434**	**18.740**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	22.434	18.740
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**22.434**	**18.740**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.434	18.740
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		548	607
- Pis e Cofins diferidos		156	177
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	3.422	3.217
- Ativo de contrato - remuneração	11	(30.220)	(29.339)
		(3.660)	**(6.598)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		6.093	(1.910)
- Concessionárias e permissionárias		(949)	225
- Ativo de contrato	11	25.155	23.789
- Impostos e contribuições a recuperar		-	484
- Outros ativos		(117)	(281)
- Fornecedores		(369)	343
- Impostos e contribuições a recolher		3.500	2.354
- Salários e encargos		16	41
- Encargos setoriais		127	49
- Outros passivos		130	9
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**29.926**	**18.505**
Impostos pagos sobre a receita tributável		(1.042)	(839)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(2.830)	(3.265)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**26.054**	**14.401**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(274)	701
Imobilizado e intangível		(1)	4
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(275)**	**705**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	23(c)	(10.793)	-
Pagamento de dividendos	23(b)	(9.451)	(4.820)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(9.374)	(8.862)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(29.618)**	**(13.682)**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(3.839)**	**1.424**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.953	2.529
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**114**	**3.953**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**147.000**	**3.892**	**23.528**	**19.198**	**-**	**193.618**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.740	18.740
Reserva legal	17 (b)	-	937	-	-	(937)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(4.451)	(4.451)
Reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	-	13.352	-	(13.352)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**147.000**	**4.829**	**36.880**	**19.198**	**-**	**207.907**
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.434	22.434
Reserva legal	17 (b)	-	1.122	-	-	(1.122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(5.328)	(5.328)
Reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	-	15.984	-	(15.984)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**147.000**	**5.951**	**47.864**	**19.198**	**-**	**220.013**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: A Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo"). **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 005/2011 ("Contrato"), para o períodos de 30 anos, tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 295 km, origem na Subestação Anastácio e término na Subestação Corumbá; e pela Subestação Corumbá, 230/138 kV, 2x100 MVA; Entradas de linha, Interligação de Barras, reator de linha, reator de barra, compensado estático, conexões de transformadores, reatores e de compensado estativo, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. O Contrato foi assinado no dia 16 de junho de 2011 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 16 de junho de 2041. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2013. **1.2 Reforço -** No dia 02 de fevereiro de 2016 a ANEEL autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforços nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação no mês de janeiro de 2017 e a RAP estabelecida na resolução autorizativa foi de R$ 1.208 e é reajustada em cada ciclo pelo IPCA. **1.3 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R$ 35.616 (R$ 31.877 para o ciclo 2021-2022), um incremento de 11,73% decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **1.4 Revisão Tarifária Periódica -** A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de março de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração incial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (que varia entre 5% e 30%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem (que varia entre 20% e 25%) sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza

Continua

Continuação...

LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisão para perda de crédito esperada -** A provisão para perda esperada de crédito ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PCE. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		**2022**	**2021**
Caixa e bancos		114	1.457
Operações compromissadas	(a)	-	1.757
CDB	(a)	-	739
		114	**3.953**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,33% do DI com vencimento entre maio e setembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os montantes de R$ 2.858 e R$ 2.584, respectivamente foram aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (2,95% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias		
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**2022**	**2021**
A vencer	3.098	2.138
Até 3 meses	7	2
De 3 a 12 meses	187	7
Acima de 12 meses	-	196
	3.292	**2.343**

11 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**296.787**	**291.237**
Remuneração do ativo de contrato	30.220	29.339
Recebimentos	(25.155)	(23.789)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**301.852**	**296.787**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	26.268	25.131
Não circulante	275.584	271.656
	301.852	**296.787**

12 Financiamento		
BNDES - financiamento	38.959	46.155
BNDES - capital de giro	3.078	4.825
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**42.037**	**50.980**
Juros	3.422	3.183
Amortização - principal	(9.374)	(8.862)
Amortização - juros	(2.830)	(3.265)
BNDES - financiamento	31.978	38.959
BNDES - capital de giro	1.276	3.078
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**33.254**	**42.037**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	7.935	8.988
Não circulante	25.319	33.049
	33.254	**42.037**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	6.201
Em 2025	6.201
Em 2026	6.201
A partir de 2027	6.716
	25.319

(a) Financiamento BNDES - A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 27 de agosto de 2013 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total do financiamento foi de R$ 91.589 dividos em 2 (dois) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 65.948 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,28% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de janeiro de 2028. ii. Subcrédito B no valor de R$ 25.641 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 3,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de abril de 2023. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) de no mínimo 1,3 para O ICSD e 0,3 para o Indice de Capitalização. Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a.1) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**2,33**
(A) Geração de caixa da atividade	28.440
(B) Serviço da dívida	12.204
(A) Geração de caixa da atividade	**28.440**
(+) LAJIDA (EBITDA)	29.482
(-) Pagamento de imposto de renda	(611)
(-) Pagamento de contribuição social	(431)
(B) Serviço da dívida	**12.204**
(+) Amortização de principal	9.374
(+) Pagamento de juros	2.830
LAJIDA (EBITDA)	**29.482**
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	26.820
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	2.116
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	(156)
(-) Receita com ativo financeiro	(30.220)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(5.057)
(+) Receita Anual Permitida no exercício	32.572
(+/-) Outros ajustes IFRS (i)	3.407

(i) Refere-se a adições do imobilizado no regulatório que foram despesadas no societário.

(a.2) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	**0,8**
(B) Patrimônio líquido	152.149
(C) Total do ativo	202.252

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento. **(b) Capital de giro -** Em julho de 2018 a Companhia captou com o BNDES para capital de giro o valor o montante de R$ 5.000. Sobre o saldo principal incidem juros de 4,78% ao ano, sendo os pagamentos de principal e juros no dia 15/10/2018, 15/08/2020 e 15/07/2023.

13 Impostos e contribuições a recolher	**2022**	**2021**
Imposto de renda	6.895	5.039
Contribuição social	2.151	1.571
Outros	76	54
	9.122	**6.664**

14 PIS e COFINS diferidos	**2022**	**2021**
PIS	1.909	1.881
COFINS	8.809	8.681
	10.718	**10.562**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	908	869
Não circulante	9.810	9.693
	10.718	**10.562**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2022**	**2021**
Imposto de renda	23.802	23.400
Contribuição social	8.569	8.423
	32.371	**31.823**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	32.371	31.823
	32.371	**31.823**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia. **16 Passivo contingente: i. Desconto de parcela variável -** A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R$ 2.188 e R$ 1.353, respectivamente e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com chances prováveis de perda. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 147.000 dividido em 147.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 1.122 e R$ 937, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 15.984 e R$ 13.352, respectivamente. Por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2022, foi deliberado o pagamento de R$ 5.000 referentes à dividendos intermediários à Celeo. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 5.328 e R$ 4.451, respectivamente.

18 Receita operacional líquida	**2022**	**2021**
Remuneração do ativo	35.200	31.226
Receita de operação e manuntenção	5.057	4.823
Parcela variável	(10)	(1.483)
Receita bruta	**40.247**	**34.566**
Pis e Cofins correntes	(1.279)	(1.065)
Pis e Cofins diferidos	(156)	(177)
Encargos setoriais	(1.332)	(1.123)
Deduções da receita	**(2.767)**	**(2.365)**
	37.480	**32.201**

19 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais		**2022**	**2021**
Serviço de operação e manutenção	(i)	(1.048)	(1.048)
Manutenção de faixa		(21)	(381)
Manutenção de substação		(3.532)	(227)
Consultorias técnicas		(5)	(11)
Vigilância e segurança		(239)	(416)
Diversos		(396)	(795)
		(5.241)	**(2.878)**

i. Refere-se a prestação de serviço para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizado pela Celeo.

(b) Despesas operacionais		**2022**	**2021**
Prestação de serviços administrativos	(i)	(1.072)	(1.072)
Consultorias		(125)	(141)
Diversos		(71)	(92)
		(1.268)	**(1.305)**

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

20 Outros custos	**2022**	**2021**
Viagem e hospedagem	(157)	(219)
Energia elétrica	(119)	(77)
Seguro	(180)	(147)
Diversos	(96)	(132)
	(552)	**(575)**

21 Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Rendimento de aplicação financeira	1.544	510
Outras receitas	16	7
Receitas financeiras	**1.560**	**517**
Juros - financiamento	(3.422)	(3.217)
Outras despesas	(254)	(160)
Despesas financeiras	**(3.676)**	**(3.377)**
	(2.116)	**(2.860)**

22 Imposto de renda e contribuição social

	2022		**2021**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Remuneração do ativo	28.872	28.872	24.430	24.430
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo da receta	9.239	9.239	7.818	7.818
Receita de O&M	6.182	6.182	5.031	5.031
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receta de O&M	495	742	402	604
Receitas financeiras	1.560	1.560	517	517
Alíquota vigente	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**
Imposto corrente	**(2.799)**	**(1.039)**	**(2.160)**	**(804)**
Diferenças temporárias	(403)	(145)	(446)	(161)
Imposto diferido	**(403)**	**(145)**	**(446)**	**(161)**

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais	**Passivo**		**Despesa**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Celeo Redes	184	90	(2.120)	(2.120)
	184	**90**	**(2.120)**	**(2.120)**

Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. **(b) Dividendos -** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia pagou dividendos nos valores de R$ 9.451 e R$ 4.820, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021	**4.451**
Pagamento	(9.451)
Dividendos intermediários	5.000
Constituição dividendo mínimo obrigatório 2022	5.328
Em 31 de dezembro de 2022	**5.328**

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital - Em 31 de dezembro de 2021 os acionistas mantinham o saldo de R$ 10.793 no passivo não circulante referente a adiantamento para futuro aumento de capital, porém durante o exercício de 2022 foi realizada a devolução integral. **(d) Remuneração da administração -** Em 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo. **24 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais benefícios às outras partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de acionamento de garantia fornecida pelos usuários ao ONS e a interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimentos permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	**(i)**	**(ii)**	**(iii)**
Aplicação financeira	Redução do CDI	(825)	(644)	(430)
Financiamento	Aumento da TJLP	2.378	1.327	885

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12,25%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. A TJLP para o cenário provável (7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 81.945 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício Scovino de Souza
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Linha de Transmissão Corumbá S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Linha de Transmissão Corumbá S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha de Transmissão Corumbá S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

São Luiz Energética S.A.

CNPJ/MF nº 10.334.842/0001-33

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	16.011	21
Contas a receber	5.310	–
Estoques	145	105
Impostos a recuperar	322	164
Despesas antecipadas	350	–
Outros	2	2
Total do ativo circulante	**22.140**	**292**
Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	11.629	18.573
Imobilizado	424.060	366.588
Arrendamento	163	218
Outros	19	40
Total do ativo não circulante	**435.871**	**385.419**
Total do Ativo	**458.011**	**385.711**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	17.513	9.088
Empréstimos e financiamentos	14.041	88.953
Impostos e contribuições a recolher	834	454
Dividendos a pagar	455	43
Arrendamento	118	77
Total do passivo circulante	**32.961**	**98.615**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	203.382	198.525
Provisões para contingências	1	–
Arrendamento	86	165
Total do passivo não circulante	**203.469**	**198.690**
Patrimônio líquido		
Capital social	219.520	87.840
Reservas de lucros	111	601
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.950	(35)
Total do patrimônio líquido	**221.581**	**88.406**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**458.011**	**385.710**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.950	(35)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**1.950**	**(35)**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contadora CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total do patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	87.840	32	459	–	88.331	–	88.331
Reversão do dividendo mínimo de 2020 em reserva	–	–	110	–	110	–	110
Prejuízo do exercício	–	–	–	(35)	(35)	–	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.840	32	569	(35)	88.406	–	88.406
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	**131.680**	**131.680**
Aumento de capital via capitalização de AFAC	**131.680**	–	–	–	**131.680**	**(131.680)**	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**1.950**	**1.950**	–	**1.950**
Constituição de reserva legal	–	**95**	–	**(95)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	**(455)**	**(455)**	–	**(455)**
Reserva de dividendos complementares	–	–	**1.365**	**(1.365)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**219.520**	**127**	**1.934**	**–**	**221.581**	**–**	**221.581**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita operacional líquida	**31.868**	**–**
Custo de geração de energia	(15.967)	–
Lucro bruto (prejuízo)	15.901	–
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(2.622)	–
Outras despesas operacionais	(14)	(9)
	(2.636)	**(9)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	13.265	(9)

Resultado financeiro	2022	2021
Receitas financeiras	1.588	–
Despesas financeiras	(11.354)	(7)
	(9.766)	**(7)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.499	(16)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.549)	(19)
	(1.549)	**(19)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.950	(35)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.950	(35)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	13.878	–
Depreciação de arrendamento	128	–
Juros sobre arrendamento	16	–
Juros sobre empréstimo	10.938	–
Contigências	1	–
Amortização despesa de contratação	(120)	–
Encargos financeiros, líquidos	773	–
Outros	–	34
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(5.310)	–
Estoques	(40)	(105)
Impostos a recuperar	(158)	137
Despesa antecipada	(350)	–
Outros	21	77
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	8.425	1.514
Impostos e contribuições a recolher	380	(77)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	30.532	1.545

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2022	2021
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6.944	(18.573)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(61.176)	(130.797)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54.232)	(149.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	35.782	150.419
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(117.965)	(18.353)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – amortização	(9.637)	–
Pagamento de arrendamento – principal	(127)	(10)
Pagamento de dividendos	(43)	–
Aumento de capital	131.680	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	39.690	132.056
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	15.990	(15.769)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	21	15.790
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	16.011	21
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	15.990	(15.769)
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	496	–
Valores pagos de CS:	288	8
Adição de imobilizado sem efeito caixa	10.174	26.384

Tangará Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**6.939**	15.079	**36.145**	68.033
Contas a receber	**23.305**	31.380	**54.233**	67.999
Depósitos restituíveis e valores vinculados	**835**	–	**38.565**	–
Dividendos a receber	**46.088**	21.815	**–**	–
Impostos a recuperar	**9.414**	9.844	**17.175**	17.623
Despesas antecipadas	**552**	453	**2.604**	2.211
Mútuos a receber	**96.046**	103.386	**93.046**	100.775
Outros	**2.662**	4.668	**6.970**	8.938
Total do ativo circulante	**185.841**	186.625	**248.738**	265.579
Não circulante				
Depósitos restituíveis e valores vinculados	**–**	–	**17.152**	14.472
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	**233**	298	**233**	298
Investimento	**1.256.432**	1.311.548	**–**	–
Imobilizado	**226.438**	261.729	**1.696.130**	1.810.182
Arrendamento	**215**	330	**5.634**	4.785
Depósitos judiciais	**13**	13	**669**	476
Total do ativo não circulante	**1.483.331**	1.573.918	**1.719.818**	1.830.213
Total do ativo	**1.669.172**	1.760.543	**1.968.556**	2.095.792

Passivo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante				
Contas a pagar	**20.667**	12.511	**68.675**	62.913
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**82.861**	61.924	**100.926**	93.016
Impostos e contribuições a recolher	**796**	2.577	**6.461**	7.757
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	**–**	310	**–**	310
Salários e encargos sociais	**1.095**	1.392	**1.097**	1.391
Dividendos a pagar	**11.078**	–	**11.123**	38
Arrendamento	**112**	110	**609**	455
Outras contas a pagar	**903**	857	**5.453**	5.232
Total do passivo circulante	**117.512**	79.681	**194.344**	171.112
Não circulante				
Contas a pagar	**–**	–	**17.734**	12.956
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**460.981**	526.206	**650.589**	744.309
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	**–**	82	**–**	82
Impostos diferidos	**9.182**	7.160	**9.182**	7.160
Provisão para contingências	**92**	81	**4.285**	3.310
Arrendamento	**145**	244	**5.646**	4.732
Outras contas a pagar	**–**	–	**5.494**	5.020
Total do passivo não circulante	**470.400**	533.773	**692.930**	777.569
Patrimônio líquido				
Capital social	**1.006.241**	1.277.649	**1.006.241**	1.277.649
Prejuízos acumulados	**–**	(172.338)	**–**	(172.338)
Reservas de lucros	**40.236**	–	**40.236**	–
Ajustes de avaliação patrimonial	**8.241**	15.236	**8.241**	15.236
Reserva de incentivos fiscais	**8.784**	8.784	**8.784**	8.784
Reservas de capital	**17.758**	17.758	**17.758**	17.758
	1.081.260	1.147.089	**1.081.260**	1.147.089
Participação de acionistas não controladores	**–**	–	**22**	22
Total do patrimônio líquido	**1.081.260**	1.147.089	**1.081.282**	1.147.111
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.669.172**	1.760.543	**1.968.556**	2.095.792

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**44.319**	(63.963)	**44.325**	(63.963)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	**–**	–	**–**	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**44.319**	(63.963)	**44.325**	(63.963)

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	**195.161**	206.168	**481.630**	289.291
Custo de geração de energia	**(137.316)**	(130.504)	**(302.787)**	(186.566)
Lucro bruto	**57.845**	75.664	**178.843**	102.725
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	**(2.142)**	(1.188)	**(7.222)**	(2.758)
Resultado com equivalência patrimonial	**74.449**	(62.272)	–	–
Outras despesas operacionais	**(7.046)**	(37.565)	**(24.962)**	(121.205)
	65.261	(101.025)	**(32.184)**	(123.963)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**123.106**	(25.361)	**146.659**	(21.238)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	**6.181**	2.002	**15.226**	5.416
Despesas financeiras	**(82.946)**	(26.992)	**(104.642)**	(31.711)
	(76.765)	(24.990)	**(89.416)**	(26.295)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**46.341**	(50.351)	**57.243**	(47.533)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	**–**	(1.439)	**(10.896)**	(4.257)
Diferido	**(2.022)**	(12.173)	**(2.022)**	(12.173)
	(2.022)	(13.612)	**(12.918)**	(16.430)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**44.319**	(63.963)	**44.325**	(63.963)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:				
Controladora	**44.319**	(63.963)	**44.319**	(63.964)
Acionistas não controladores	**–**	–	**6**	1

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	106.512	(2)	17.758	–	–	807	25.067	(110.229)	39.913	–	39.913
Integralização do capital social	–	2	–	–	–	–	–	–	2	–	2
Incorporação de São João por Tangará	870.092	–	–	–	–	–	–	–	870.092	21	870.113
Capitalização do empréstimo através de aumento de capital	301.045	–	–	–	–	–	–	–	301.045	–	301.045
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	–	–	–	–	–	–	(9.831)	9.831	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(63.963)	(63.963)	1	(63.962)
Reserva de incentivo fiscal	–	–	–	–	–	7.977	–	(7.977)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.277.649	–	17.758	–	–	8.784	15.236	(172.338)	1.147.089	22	1.147.111
Redução de capital ocorrido no exercício	**(99.070)**	–	–	–	–	–	–	–	**(99.070)**	–	**(99.070)**
Redução de capital através de absorção prejuizos acumulados	**(172.338)**	–	–	–	–	–	–	**172.338**	–	–	–
Impostos sobre a reavaliação positiva	–	–	–	–	–	–	**(2.323)**	**2.323**	–	–	–
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	–	–	–	–	–	–	**(4.672)**	**4.672**	–	–	–
Dividendos complementares distribuidos para acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	**44.319**	**44.319**	**6**	**44.325**
Constituição de reserva legal	–	–	–	**2.332**	–	–	–	**(2.332)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	**(11.078)**	**(11.078)**	**(1)**	**(11.079)**
Reserva de dividendos complementares	–	–			**37.904**	–	–	**(37.904)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.006.241**	**–**	**17.758**	**2.332**	**37.904**	**8.784**	**8.241**	**–**	**1.081.260**	**22**	**1.081.282**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**44.319**	(63.963)	**44.325**	(63.962)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização da mais valia alocada em ativo imobilizado	**34.688**	29.973	**119.258**	51.383
Amortização da mais valia alocado na aquisição de controladas	**14.918**	4.243	**–**	–
Depreciação de arrendamento	**120**	23	**800**	128
Baixa de arrendamento	**–**	–	**122**	–
Juros sobre arrendamento	**26**	6	**527**	105
Encargos financeiros, líquidos	**79.640**	25.438	**99.680**	30.091
Baixa de ativo imobilizado	**1.742**	17	**6.955**	2.366
Resultado de equivalência patrimonial	**(74.449)**	62.272	–	–
Constituição de impairment nas controladas	–	–	**8.495**	119.158
Reversão de *impairment*	**–**	37.844	**–**	–
Amortização de UBP	**65**	85	**65**	85
Amortização de provisão para desmobilização	**–**	–	**474**	108
Provisão para contingências	**11**	(15)	**975**	77
Impostos diferidos	**2.022**	12.173	**2.022**	12.173
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	**8.075**	48.175	**13.766**	(4.438)
Impostos a recuperar	**430**	(1.161)	**448**	(3.249)
Depósitos judiciais	–	(13)	**(193)**	(24)
Despesas antecipadas	**(99)**	(197)	**(393)**	1.082
Outros	**2.006**	(1.901)	**1.968**	(1.993)
Depósitos restituíveis e valores vinculados	**(835)**	–	**(41.245)**	8
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	**(1.367)**	(5.929)	**1.016**	(10.514)
Salários e encargos sociais	**(297)**	(63)	**(294)**	(64)
Impostos e contribuições a recolher	**(1.781)**	(468)	**(1.296)**	(1.877)
Uso do bem público – UBP – Direitos de outorga	**(392)**	(423)	**(392)**	(423)
Outras contas a pagar	**46**	857	**222**	(382)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**108.888**	146.973	**257.305**	129.838
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	**57.751**	16.850	**–**	–
Liberação de recursos para partes relacionadas		– (154.910)		– (140.837)
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada – principal	**9.400**	2.859	**9.791**	12.000
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	**32.623**	46.740	–	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	**(1.140)**	(30.945)	**(20.656)**	(34.674)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**98.634**	(119.406)	**(10.865)**	(163.511)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	**12.966**	–	–	–
Gastos com investimentos sociais	**–**	–	**–**	52
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	**(58.492)**	(45.000)	**(88.892)**	(23.968)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	**(80.462)**	(20.916)	**(98.660)**	(25.378)
Pagamento de arrendamento	**(128)**	(5)	**(1.230)**	(174)
Aumento de capital social	**–**	2	**–**	2
Redução de capital social	**(89.546)**	–	**(89.546)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(215.662)**	(65.919)	**(278.328)**	(49.466)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de Caixa	**(8.140)**	(38.352)	**(31.888)**	(83.139)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**15.079**	27.431	**68.033**	27.431
Adição de caixa por incorporação	**–**	26.000	**–**	123.741
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**6.939**	15.079	**36.145**	68.033
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(8.140)**	(38.352)	**(31.888)**	(83.139)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:	–	348	**6.727**	8.495
Valores pagos de CS:	–	2.309	**3.948**	6.351
Redução do capital social sem efeito caixa	**9.524**	–	**9.524**	–

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP-217225/O-5
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	326	122
Contas a receber	465	423
Estoques	556	575
Impostos a recuperar	45	19
Despesas antecipadas	44	–
Outros	–	32
Total do ativo circulante	1.436	1.171
Não circulante		
Imobilizado	21.435	22.108
Arrendamento	81	–
Total do ativo não circulante	21.516	22.108
Total do ativo	22.952	23.279

Passivo	2022	2021
Circulante		
Contas a pagar	183	2.340
Impostos e contribuições a recolher	136	155
Dividendos a pagar	816	227
Arrendamento	35	–
Outras contas a pagar	46	46
Total do passivo circulante	1.216	2.768
Não circulante		
Arrendamento	58	–
Total do passivo não circulante	58	–
Patrimônio líquido		
Capital social	19.012	19.784
Reservas de lucros	2.666	727
Total do patrimônio líquido	21.678	20.511
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.952	23.279

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	5.487	5.271
Custo de geração de energia	(1.976)	(3.577)
Lucro bruto	3.511	1.694
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(45)	(60)
Outras despesas operacionais	(3)	12
	(48)	(48)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	3.463	1.646

Resultado financeiro	2022	2021
Receitas financeiras	203	103
Despesas financeiras	(13)	(610)
	190	(507)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.652	1.139
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(221)	(185)
	(221)	(185)
Lucro líquido do exercício	3.432	954

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.132	–	–	(3.232)	21.900
Aumento de capital	4.013	–	–	–	4.013
Redução de capital	(9.361)	–	–	3.232	(6.129)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	954	954
Constituição de reserva legal	–	47	–	(47)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(227)	(227)
Reserva de dividendos complementares	–	–	680	(680)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.784	47	680	–	20.511
Aumento de capital	**2.128**	–	–	–	**2.128**
Redução de capital	**(2.900)**	–	–	–	**(2.900)**
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	**(680)**	–	**(680)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**3.432**	**3.432**
Constituição de reserva legal	–	**174**	–	**(174)**	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	**(813)**	**(813)**
Reserva de dividendos complementares	–	–	**2.445**	**(2.445)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**19.012**	**221**	**2.445**	–	**21.678**

Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225/O-5
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.432	954
Outros resultados abrangentes		
Total de resultados abrangentes do exercício	3.432	954

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.432	954
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	691	677
Encargos financeiros, líquidos	–	33
Juros de arrendamento	10	–
Depreciação de arrendamento	34	
Baixa de imobilizado	–	4
Extensão de outorga	–	(165)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(42)	(19)
Estoques	19	(48)
Impostos a recuperar	(26)	7
Despesa antecipada	(44)	–
Outros	32	(14)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(2.157)	1.848
Impostos e contribuições a recolher	(19)	39
Contas a pagar risco hidrológico	–	(3.365)
Outros	–	46
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.930	(3)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(18)	(78)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18)	(78)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	2.128	4.013
Redução de capital	(2.900)	(6.129)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	–	(793)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	–	(37)
Dividendos pagos	(904)	–
Pagamento de arrendamento – principal	(32)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.708)	(2.946)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	204	(3.027)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	122	3.149
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	326	122
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	204	(3.027)
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	120	67
Valores pagos de CS:	81	59

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Lethe Energia S.A.

CNPJ/MF nº 25.227.949/0001-50

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2022	2021	2022	2021
Circulante	44.642	2.373	254.381	69.998
Caixa e equivalentes de caixa	5.800	12	223.712	20.001
Contas a receber	8.109	89	19.467	46.461
Adiantamentos	6.000	–	6.000	–
Estoques	–	–	417	–
Dividendos a receber	24.688	2.225	–	–
Impostos a recuperar	45	47	831	315
Despesas antecipadas	–	–	2.532	2.900
Outros	–	–	1.422	321
Não circulante	365.288	442.295	1.079.386	1.128.958
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	9.829	8.717
Investimento	364.201	442.295	–	–
Imobilizado	1.087	–	1.069.276	1.116.773
Arrendamento	–	–	281	447
Outros	–	–	–	3.021
Total do ativo	409.930	444.668	1.333.767	1.198.956

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2022	2021	2022	2021
Circulante	20.194	10.848	52.692	89.809
Contas a pagar	296	44	8.863	23.841
Empréstimos e financiamentos	–	809	20.162	53.107
Impostos e contribuições a recolher	3	1	3.258	2.504
Salários e encargos sociais	–	–	348	253
Dividendos a pagar	19.895	9.994	19.895	9.994
Arrendamento	–	–	166	110
Não circulante	–	–	891.339	675.327
Empréstimos e financiamentos	–	–	873.885	658.862
Arrendamento	–	–	184	337
Provisão para desmobilização	–	–	17.270	16.128
Patrimônio líquido	389.736	433.820	389.736	433.820
Capital social	353.245	426.426	353.245	426.426
Reservas de lucros	36.491	7.394	36.491	7.394
Total do passivo e do patrimônio líquido	409.930	444.668	1.333.767	1.198.956

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas de lucros – Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	312.526	(1.000)	411	5.864	–	317.801
Aumento de capital social	116.000	–	–	–	–	116.000
Integralização do capital social	–	(1.100)	–	–	–	(1.100)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	–	(5.864)	–	(5.864)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		9.158	9.158
Constituição de reserva legal	–	–	458	–	(458)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.175)	(2.175)
Reserva de dividendos complementares	–	–	–	6.525	(6.525)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**428.526**	**(2.100)**	**869**	**6.525**	–	**433.820**
Aumento de capital social	5.000	–	–	–	–	5.000
Integralização do capital social	3.900	2.100	–	–	–	6.000
Redução de capital social	(84.181)	–	–	–	–	(84.181)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	–	(6.525)	–	(6.525)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	46.718	46.718
Constituição de reserva legal	–	–	2.336	–	(2.336)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(11.096)	(11.096)
Reserva de dividendos complementares	–	–	–	33.286	(33.286)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**353.245**	–	**3.205**	**33.286**	–	**389.736**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	–	–	219.748	81.559
Custo de geração de energia	–	–	(87.142)	(23.625)
Lucro bruto (prejuízo)	–	–	132.606	57.934
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(234)	(152)	(2.698)	(927)
Resultado com equivalência patrimonial	46.886	9.374	–	–
Outras despesas operacionais	(163)	(57)	(671)	(420)
	46.489	**9.165**	**(3.369)**	**(1.347)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**46.489**	**9.165**	**129.237**	**56.587**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	352	7	6.625	1.213
Despesas financeiras	(123)	(14)	(80.670)	(45.505)
	229	**(7)**	**(74.045)**	**(44.292)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**46.718**	**9.158**	**55.192**	**12.295**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	–	(8.474)	(3.137)
	–	–	**(8.474)**	**(3.137)**
Lucro líquido do exercício	**46.718**	**9.158**	**46.718**	**9.158**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	46.718	9.158	46.718	9.158
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	46.718	9.158	46.718	9.158

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	46.718	9.158	46.718	9.158
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação do ativo imobilizado	–	–	51.324	11.711
Depreciação de arrendamento	–	–	151	–
Juros sobre arrendamento	–	–	38	–
Encargos financeiros, líquidos	8	9	70.689	39.995
Resultado de equivalência patrimonial	(46.886)	(9.374)	–	–
Resultado com instrumentos derivativos	–	–		7.185
Despesa de contratação, líquida	–	–	665	(941)
Atualização provisão para desmobilização	–	–	1.142	360
Baixa de ativo imobilizado	–	–	357	–
Baixa de arrendamento	–	–	30	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(8.020)	(89)	26.994	(46.455)
Adiantamento	(6.000)	–	(6.000)	–
Estoques	–	–	(417)	–
Impostos a recuperar	2	48	(516)	(4)
Despesas antecipadas	–	–	368	(2.098)
Outros	–	1	1.920	(206)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	252	21	(14.978)	(101.803)
Salários e encargos sociais	–	–	95	253
Impostos e contribuições a recolher	2	(48)	754	1.904
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(13.924)**	**(274)**	**179.334**	**(80.941)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	(1.112)	(7.055)
Dividendos recebidos	224	8	–	–
Pagamento da obrigação com aquisição de investimento	–	(53.607)	–	(53.607)
Aumento de capital em empresas investidas	–	(62.339)	–	–
Redução de capital em empresas investidas	102.293	–	–	
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(1.087)	–	(4.184)	(396.688)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**101.430**	**(115.938)**	**(5.296)**	**(457.350)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos e financiamentos	760	800	452.725	613.765
Dividendos pagos	(7.720)	–	(7.720)	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(1.577)	–	(256.550)	(250.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros		–	(85.451)	(46.852)
Pagamento de arrendamento	–	–	(150)	–
Aumento de capital social	11.000	114.900	11.000	114.900
Redução de capital social	(84.181)	–	(84.181)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(81.718)	115.700	29.673	431.813
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**5.788**	**(512)**	**203.711**	**(106.478)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	12	524	20.001	126.479
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.800	12	223.712	20.001
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**5.788**	**(512)**	**203.711**	**(106.478)**
Informações complementares				
Valores pagos de IR:	–	–	4.910	730
Valores pagos de CS:	–	–	2.729	599
Adições por capitalização de juros	–	–	–	21.640

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Kleber Ribeiro Cosenza – Diretor CPF: 158.813.856-91
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC: RJ-119036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Diário do Acionista

publicidade@diariodoacionista.com.br

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)
3556-3030
96865-1628

TRABALHO ESCRAVO

Juristas pedem expropriação de terras de 'escravagistas'

PRISCILLA MAZENOTTI/ABRASIL

Após o resgate de mais de 200 trabalhadores em situação semelhante à escravidão em vinícolas do Sul do país, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia quer a expropriação dessas terras e o confisco dos bens das empresas, como prevê o Artigo 243 da Constituição Federal. O entendimento é o de que, além de sofrer no bolso, os responsáveis – diretos ou indiretos – devem responder criminalmente por isso.

Um manifesto público foi divulgado e conta, até o momento, com centenas de assinaturas. Para Ney Strozake, da Associação de Juristas pela Democracia, é preciso que a Salton, a Aurora e a Garibaldi assumam a responsabilidade por terem contratado uma empresa terceirizada para a colheita das uvas.

"Não dá para dizer que a empresa que contratava a empresa terceirizada não sabia. Como não sabia? Quem controla a sua propriedade, quem determina como será feita a colheita são as empresas Santon, Garibaldi e Aurora. Como assim não sabia? Afinal de contas estava prestando serviço para você."

A ideia é levar as assinaturas para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e para o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. O Ministério Público do Trabalho propôs um acordo, que deve ser assinado nos próximos dias. A três empresas disseram que estão colaborando com as autoridades. Mesmo assim, para Ney Strozake, o debate precisa ser ampliado para toda a sociedade.

"A terceirização só aumenta a possibilidade de existência de várias situações de trabalho análogo à escravidão. E o caso de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, é apenas a ponta do *iceberg*", avaliou.

O assunto também foi parar no Congresso Nacional. Pelo menos sete projetos foram protocolados na Câmara desde o final de fevereiro, quando o caso veio à tona. Um deles pede, justamente, a expropriação dessas terras e o confisco dos bens e a destinação deles para associações não governamentais de combate ao trabalho escravo. Mas existem propostas também pedindo a proibição de concessão de empréstimos para as empresas que contratarem trabalhadores em condições análogas às de escravo e até o que pede o compartilhamento de responsabilidade no caso de contratação de empresas terceirizadas.

Mas, essa é uma discussão que pode se arrastar no Congresso. Para se ter uma ideia, algumas propostas sobre o assunto tramitam na casa há mais de 20 anos. Uma das mais antigas, de 2003, tramita em conjunto com outras propostas semelhantes e aguarda andamento na Câmara dos Deputados.

VAGABUNDO HERDEIRO

Na 4ª prisão decretada, Brennand segue na imprensa como 'empresário'

O 'empresário' Thiago Brennand, 42, teve a quarta prisão preventiva decretada pela Justiça de São Paulo em um caso no qual ele é acusado de ter estuprado a modelo e estudante de medicina Stefanie Cohen, 30, em outubro de 2021.

O juiz Marcus Alexandre Manhães Bastos, da 30ª Vara Criminal, decretou a prisão na segunda-feira passada. O processo corre em segredo de Justiça.

O relato de Cohen foi divulgado primeiramente pelo Fantástico e confirmado, em seguida, pela própria estudante à reportagem. Em dezembro, a Justiça aceitou a denúncia.

Em vídeos postados nas redes sociais, Brennand sempre negou as acusações.

O 'empresário' ficou conhecido após agredir, em agosto de 2022, a modelo Alliny Helena Gomes, 37, durante discussão em uma academia de ginástica na zona oeste de São Paulo.

Anteriormente, a defesa que o representou no caso da agressão afirmou que ele compareceu espontaneamente para prestar esclarecimentos às autoridades e disse que os vídeos mostram que as agressões verbais foram iniciadas por Helena Gomes.

Ele já teve a prisão decretada por lesão corporal e corrupção de menores -segundo a Promotoria, teria incentivado o filho adolescente a ofender a modelo. Horas antes de o Ministério Público apresentar a denúncia, porém, ele viajou para os Emirados Árabes Unidos.

Por isso, foi considerado foragido e teve seu nome incluído na lista da Interpol. Assim, acabou detido em Abu Dhabi em outubro -ele pagou a fiança e responde o processo de extradição em liberdade.

Brennand trocou diversas vezes de advogados desde o início das denúncias. No início, foi representado pelo escritório Cavalcanti e Sion. Depois, passou a ser representado pelo advogado Ricardo Sayeg, que deixou o caso no início deste ano.

Agora, ele segue com o advogado Eduardo Leite, que não retornou o contato da reportagem.

MARCO HISTÓRICO

ONG de apoio a mulheres completa 100 anos com gestão apenas feminina

Cansadas de ver como as mulheres eram uma força invisível de trabalho e sem reconhecimento, um grupo de senhoras católicas decidiu, em 1923, se organizar para apoiar umas às outras. Cem anos depois, a organização se mantém viva e em transformação, sempre sob gestão feminina, para até hoje atender às necessidades das mulheres.

A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo completa, nesta sexta-feira, cem anos de existência com mudanças que foram acompanhando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. A ONG, criada inicialmente para ensinar sobre economia doméstica, com aulas de bordado e de como limpar a casa, hoje tem cursos que vão de gastronomia a hidráulica e elétrica.

"A Liga foi formada por um grupo de mulheres, que mesmo vindas de famílias da elite, estavam indignadas com a conjuntura da época, com a falta de reconhecimento e apoio que as mulheres recebiam para dar conta de tudo dentro e fora de casa", conta Rosalu Ferraz Queiroz, presidente voluntária da ONG, que nos anos 2000 passou a ser chamada de Liga Solidária.

Para Rosalu, a união das mulheres naquela época demonstra ousadia e força já que, naquele ano, elas sequer tinham direito ao voto -que só foi garantido em 1932. "Não nos era permitido fazer nada, imagine o desafio que foi essa organização de mulheres buscando apoio uma nas outras."

O principal objetivo da Liga naquele momento era oferecer cursos de economia doméstica. Para as mulheres de baixa renda, era ensinado como cuidar das casas mais ricas, com aulas de limpeza, culinária e como cuidar de crianças. Para as da elite, se ensinava como "cobrar" os serviços realizados pelas empregadas domésticas e administrar bem o lar.

"Por mais absurdo que isso soe hoje, para a época era um tipo de apoio. Mas logo elas perceberam que só esses cursos não eram suficientes", diz Rosalu.

Em 1926, a Liga abriu um restaurante embaixo do Viaduto do Chá, no centro de São Paulo, apenas para atender mulheres que estavam começando a conquistar espaço no mercado de trabalho. "Elas passaram a ocupar outros postos, não só os empregos domésticos. Trabalhavam como secretárias, telefonistas."

"Naquele contexto machista e hostil às mulheres, até mesmo almoçar sozinhas era um risco. Por isso, surgiu o restaurante. Era um local que elas podiam ir em segurança, sem ser importunadas e com preço acessível, já que o salário delas era, como ainda hoje, muito menor do que o dos homens", conta Rosalu.

O Restaurante Feminino Liga das Senhoras Católicas funcionou no mesmo endereço até 2001, mas já havia deixado de ser exclusivo para mulheres.

Na década de 1930, a Liga também passou a abrigar crianças orfãs ou que os pais não conseguiam cuidar. Inicialmente, o abrigo funcionou em uma casa na Freguesia do Ó, na zona norte da cidade, e depois foi instalado em um sítio. O local chegou a abrigar simultaneamente 800 crianças.

PERNAMBUCO

Placas que alertam para ataques de tubarão estão pichadas e apagadas

Placas que alertam a população sobre possíveis ataques de tubarão no litoral da região metropolitana do Recife estão pichadas e apagadas.

Em um intervalo de 15 dias, três incidentes com os animais aconteceram na região -um na praia dos Milagres, em Olinda, e dois em Piedade, Jaboatão dos Guararapes. Esta última foi palco de dois ataques em quase 24 horas, um no domingo (5) e um na segunda-feira passada.

A reportagem visitou os dois locais após os ataques e constatou que ambos tinham problema na sinalização.

Em Milagres, os alertas de tubarão apresentavam problemas na última quarta-feira (1º). Em um trecho próximo ao espaço do último ataque, não havia placas. O espaço é considerado de risco, com prática de esportes proibida na água.

Uma placa fica situada em uma rua que dá acesso à faixa de areia, mas o local é pouco movimentado, servindo esporadicamente como atalho para banhistas, que optam pelo caminho principal.

Ontem, o cenário na praia de Piedade era semelhante. O local até conta com placas fixas de alerta, mas diversas estão com mensagens apagadas ou danificadas em razão de atos de vandalismo ou deterioração. Há ainda bandeiras menores instaladas para o alerta sobre mastros móveis baseados na areia.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA-AGO/ FEBARJ
Federação de Badminton do Estado do Rio de Janeiro
A Febarj convoca os filiados de acordo com o Estatuto, para a AGO, a realiza-se em 25 de março de 2023, no endereço: Rua Alberto de Oliveira lt6 qd19 - Parque Beira Mar - Duque de Caxias, com sua 1ª convocação às 09 h e em 2º e última às 09:30 h, para deliberação sobre os seguintes assuntos: 1 - Mudança no Estatuto. 2 - Aprovação da Prestação de Contas 3 - Assuntos diversos. Presidente

APÓS 8 DE JANEIRO

Gilmar: regulação das redes sociais deve ser feita com urgência

ABRASIL

O decano do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes (**foto**), afirmou ontem que a regulação das redes sociais deve ser feita o quanto antes e que as condições para que isso aconteça foram fortalecidas após os ataques golpistas às sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro.

"É urgente a disciplina das redes sociais", afirmou Gilmar, em um evento em comemoração aos 30 anos da AGU (Advocacia-Geral da União), em Brasília.

"É fundamental que as plataformas sejam responsabilizadas pelas suas ações ou pelas suas omissões", acrescentou o ministro do Supremo.

De acordo com Gilmar, modelos de regulação de redes sociais como os da Alemanha mostram que é possível que as mídias sociais sejam regulamentadas sem que a liberdade de expressão seja cerceada, mas "utilizada com responsabilidade".

Em sua fala, o ministro citou como "a mãe de todas as batalhas" ações que questionam o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que diz que a palavra final sobre o que é ou não lícito nas plataformas é sempre do Judiciário, já que as empresas não podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros se não descumprirem decisão judicial de remoção.

O ministro disse que é necessário responsabilizar mais do que os "zumbis" que participaram dos atos golpistas do dia 8, mas principalmente quem os incentivou a atacar a Praça dos Três Poderes.

Antes da fala de Gilmar, o advogado-geral da União, Jorge Messias, reiterou discurso em prol da criação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia.

"Se havia dúvida sobre a relevância da criação de uma unidade como a PNDD, ela foi, em grande medida, afastada com os atos criminosos ocorridos no último dia 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes, em Brasília", disse Messias.

"A barbárie protagonizada nessa fatídica data, com a destruição dos prédios-sede dos Poderes da República e de objetos de valor inestimável, mostrou o quanto é necessário que o Estado possua uma estrutura que dê respostas e cobre responsabilidades pelas violações de bens jurídicos de alto valor social", acrescentou.

"Estou seguro de que os ataques realizados no dia 8 de janeiro são consequência direta dos discursos de ódio e das mentiras deliberadas divulgadas por diferentes canais de comunicação, em especial pelas redes sociais."

CONTRABANDO

Embaixada da Arábia Saudita é provocada a esclarecer caso de joias

A Embaixada da Arábia Saudita em Brasília foi oficiada com um pedido de esclarecimentos sobre o conjunto milionário de joias trazido ao Brasil pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). O documento é de autoria da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP). A tentativa da gestão Bolsonaro de entrar ilegalmente no país com os itens, ocorrida em outubro de 2021, está na mira de órgãos de investigação. Na sexta-feira, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que os artigos, avaliados em R$ 16,5 milhões, foram retidos pela Receita no aeroporto de Guarulhos. No ofício enviado à embaixada, Luciene questiona se as joias foram ofertadas pela Arábia Saudita ao ex-presidente e à ex-primeira-dama Michelle ou se eram um presente destinado ao governo brasileiro. "Caso tenham sido um presente pessoal para a ex-primeira dama, esta incorreu na tentativa do crime de descaminho ao não declarar os bens quando da entrada no país para furtar-se do pagamento de tributos, além de advocacia administrativa e tráfico de influência", afirma a parlamentar em ofício.

VIOLÊNCIA

Senado aprova PL que prioriza emprego para 'mulheres vítimas'

PEDRO LACERDA/ABRASIL

O Senado Federal aprovou ontem o Projeto de Lei nº 3.878/20, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM), que estabelece uma reserva de 10% das vagas do Sistema Nacional de Emprego (Sine) para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. O objetivo da proposta é incentivar as mulheres vítimas de violência a ingressarem no mercado de trabalho.

A norma aprovada deve garantir o acesso prioritário e facilitado das mulheres vítimas de violência doméstica, além de assegurar o tratamento sigiloso das informações sensíveis envolvendo a condição da vítima para protegê-la da revitimização. Caso as vagas prioritárias não sejam preenchidas, poderão ser transferidas para outras mulheres em geral ou destinadas ao restante do público do Sine.

Segundo o parecer da relatora, senadora Augusta Brito (PT-CE), a proposta visa dar a chance de a mulher que está em situação de violência doméstica conseguir sua autonomia financeira, "dando-lhe a oportunidade de romper com laços que a mantêm subjugada a um lar violento".

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 06:05 18:30

LITORAL NORTE

Estado amplia prazo para atingidos por chuva pagarem tributos

KARINE MELO/ABRASIL

Uma série de medidas para auxiliar a população atingida pelas fortes chuvas nos municípios de Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba, localizados no estado de São Paulo, foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU), de ontem. Uma delas prorroga vencimentos de tributos federais para contribuintes domiciliados nessas localidades. Nesse caso, o prazo fica prorrogado até o dia 30 de junho de 2023.

O mesmo instrumento também suspende, de 19 de fevereiro a 31 de maio de 2023, a contagem de prazos para a prática de atos processuais no âmbito da Receita Federal, em relação a processos administrativos de interesse de contribuintes domiciliados nos municípios atingidos.

São Paulo e litoral norte terão chuva até o fim de semana

A chuva que caiu no começo da tarde de ontem deve se repetir ao longo dos dias em São Paulo até o fim de semana. O tempo quente e abafado, com máximas na casa dos 29°C, completa o tempo típico de verão.

A chuva chega ao fim de semana, mas as temperaturas baixam na capital e podem chegar aos 24°C no domingo, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

No litoral norte, o tempo quente e as pancadas de chuva também vão se repetir, mas não há previsão de um evento similar ao do Carnaval, quando houve precipitação recorde e deslizamentos. Não é possível, no entanto, excluir a possibilidade de chuvas localizadas que podem passar dos 70 mm.

Segundo o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo), o tempo instável segue nas próximas horas com possibilidade de rajadas de vento e granizo na capital.

Os dias típicos de verão em São Paulo contam com o efeito de um sistema de baixa pressão, o cavado meteorológico, que concentra umidade no continente.

"Os cavados meteorológicos ficam mais próximos da região Sul, mas geram instabilidades, calor e umidade, e o verão vai até 20 de março. Até lá, muita chuva", afirma Andrea Ramos, meteorologista do Inmet.

Esse efeito também está próximo das cidades do litoral norte, que têm convivido em alerta com as pancadas de chuva que deixaram deixou 65 mortos e mil desabrigados, a maior parte deles em São Sebastião.

Para Franco Villela, também do Inmet, os sistemas que atuam na região do litoral norte não se parecem em nada com o que provocou a chuva entre 18 e 19 de fevereiro.

"Continuamos com pancadas de chuva e trovoadas no período da tarde. Em alguns pontos pode haver concentração", diz o meteorologista.

Ele diz que não se pode excluir a possibilidade de uma chuva que passe dos 70 mm na região. Já o calor fica próximo dos 30°C durante a semana, e a nebulosidade baixa a temperatura para até 28ºC.

A possibilidade de chuva mais forte é para esta terça, até o fim do dia, diz Franco, mas sem previsão de volume atípico.

"Não temos, por exemplo, ventos que vinham de mil quilômetros de distância, carregando umidade do oceano", ele diz, em referência à concentração de umidade do carnaval.

CÂMARA MUNICIPAL

Grupo Prerrogativas recebe honraria em SP

O grupo Prerrogativas, que é composto por advogados, juristas e defensores públicos, recebeu a Salva de Prata, a maior honraria concedida pela Câmara Municipal de São Paulo a entidades da sociedade.

O advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Prerrogativas, durante sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo Mathilde Missioneiro - A sessão solene ocorreu na noite de segunda-feira passada. Estiveram presentes o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Prerrogativas, o deputado estadual Emidio de Souza (PT-SP) e sua mulher, a advogada e comentarista da CNN Gabriela Araújo, o empresário Andrés Sanchez e o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello.

Ainda passaram por lá os advogados Pierpaolo Cruz Bottini, Ana Amélia Mascarenha e Antônio Carlos de Almeida de Castro, o Kakay, além do jornalista Florestan Fernandes Júnior, da procuradora do estado de São Paulo Margarete Pedroso e do presidente do sindicato das construtoras em São Paulo (Secovi-SP), Rodrigo Luna.

A homenagem foi proposta pelo vereador Paulo Reis (PT). Fundado em 2015, o Prerrogativas é crítico da Operação Lava Jato e, a partir de 2018, abraçou a bandeira da inconstitucionalidade da prisão de Lula. O grupo apoiou o PT nas últimas eleições.

Nota

SÃO PAULO ABRE MUSEU E LANÇA SITE QUE RESPONDE DÚVIDAS SOBRE VACINAÇÃO

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, lançou ontem o site Vacina 100 Dúvidas, que responde às 100 questões mais frequentes sobre vacinas nos buscadores da internet. O objetivo é disseminar informações científicas de forma simples e didática, orientar sobre o processo de imunização, combater fake news (notícias falsas) e estimular e ampliar a vacinação. Além disso, a campanha reforçará para os pais a importância da vacinação infantil, com anúncios em portais de notícias, mídia exterior, redes sociais e em emissoras de rádio durante todo o mês de março. "É uma campanha de erradicação de fake news, para que todos tenham confiança na vacina e saibam que é um instrumento poderoso para mitigação de riscos e para a promoção da saúde", reforçou Freitas.

ONU

Brasil vai abrigar expatriados por ditadura da Nicarágua

Cerca de um mês após o regime de Daniel Ortega na Nicarágua retirar a nacionalidade de mais de 300 opositores, o Brasil disse estar disponível para receber os expatriados. O aceno ocorreu ontem, na ONU, durante sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Durante breve fala, o embaixador Tovar da Silva Nunes disse que Brasília tem "extrema preocupação" com as decisões de expatriar os dissidentes e com as notícias de violações de direitos humanos e restrição do espaço democrático no país da América Central.

O chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra mencionou os relatórios de que há execuções extrajudiciais, tortura de dissidentes políticos e detenções arbitrárias na Nicarágua. Também disse que o Brasil apoia que haja diálogos com o regime de Ortega.

A movimentação vem após um grupo independente de especialistas do Conselho de Direitos Humanos publicizar um relatório no qual comparava as práticas adotadas pelo regime de Ortega e Rosario Murillo, a número 2 do regime, ao regime nazista de Adolf Hitler.

Antes do Brasil, o Chile já havia oferecido nacionalidade para as centenas de expatriados, muitos dos quais já viviam no exílio, e outros que eram presos políticos e foram enviados para os EUA. O governo da Espanha também havia feito o mesmo, e a Argentina manifestou intenção de ofertar cidadania.

O Brasil vinha sendo criticado por não se manifestar de maneira enfática sobre as arbitrariedades de Ortega, líder que, depois de ajudar a combater uma ditadura na década de 70, organizou o seu próprio regime autoritário.

Ainda assim, o chanceler Mauro Vieira já havia reconhecido, em entrevista à Folha, que Manágua há tempos já não representa uma democracia.

Na última semana, o Brasil não se somou a uma declaração de mais de 50 países condenando as medidas de Ortega.

EXERCÍCIOS

Coreia do Norte dispara contra fronteira e ameaça Estados Unidos

A Coreia do Norte voltou a elevar a tensão militar na península dividida entre a ditadura comunista e a democracia capitalista do Sul ao ameaçar os Estados Unidos devido a exercícios conjuntos de natureza nuclear com Seul.

Para dar peso à retórica usual, Pyongyang fez 30 disparos de artilharia contra regiões fronteiriças no sul de seu território. Enquanto isso, a poderosa irmã do ditador Kim Jong-un, Kim Yo-jong, disse que quaisquer tentativas americanas ou sul-coreanas de interceptar mísseis balísticos do Norte será uma "declaração de guerra".

Em relação a Seul, não é preciso ir tão longe, dado que a Guerra da Coreia (1950-1953) acabou num armistício, mas nunca houve um tratado de paz. Tecnicamente, ambos os países estão em conflito. Mas o alvo norte-coreano são os EUA, maior potência nuclear do mundo.

Para asseverar essa condição e a promessa de manter os sul-coreanos protegidos, Washington promoveu o sobrevoo de um bombardeiro estratégico B-52, escoltado por caças de Seul, próximo da Coreia do Norte.

O B-52 é um dos aviões dos EUA com capacidade de emprego de armas nucleares. Os dois países também farão dez dias de exercícios militares, o que a agência estatal norte-coreana KCNA disse ser a causa da tensão atual.

Os EUA e seus aliados nunca derrubaram um míssil norte-coreano em teste, mas a possibilidade tem sido cada vez mais discutida dado o recrudescimento do regime de ensaio dessas armas por Pyongyang, que tem um pequeno arsenal de bombas atômicas e de hidrogênio.

O Japão é o país mais preocupado, já que os recentes testes sobrevoaram seu território. "O Oceano Pacífico não pertence ao domínio dos EUA ou do Japão", afirmou Kim, a irmã, segundo a agência.

Enquanto os norte-coreanos disparavam suas peças de artilharia, pilotos americanos e sul-coreanos ensaiavam reação rápida a ameaças perto de Seul. Os EUA, que apoiaram o Sul na guerra, mantém 28,5 mil soldados no país aliado.

A tensão é tão grande que mesmo Tóquio e Seul, adversários históricos, têm se reaproximado com iniciativas para tentar remendar rusgas do passado colonialista japonês na região. O Japão, por sua vez, abandonou o pacifismo do pós-guerra e tem abraçado uma agenda militarista contra a China, expressa também por sua participação no grupo Quad (com EUA, Austrália e Índia).

O cenário é complexo. Pyongyang é apoiada por Moscou e Pequim, assim como no século passado, e a aliança russo-chinesa está no centro das queixas americanas recentes devido à Guerra da Ucrânia. Washington acusa a China de planejar até enviar armas para Vladimir Putin, o que ambos os lados negam, em mais uma etapa da Guerra Fria 2.0 entre as duas maiores economias do mundo.

EUA

Homem tenta abrir porta de avião durante voo e ameaça passageiros

Um homem foi acusado de tentar matar os passageiros a bordo de um voo da United Airlines, de Los Angeles a Boston, após tentar abrir a porta de emergência da aeronave, no último domingo, nos EUA. Francisco Severo Torres, 33, também agrediu um comissário de bordo com uma colher quebrada.

Após investigação, os comissários alegaram que o norte-americano havia mexido na trava de segurança da porta da saída de emergência. Eles notificaram o piloto que o passageiro era uma ameaça e solicitaram um pouso o mais rápido possível.

Enquanto analisavam a porta, Torres teria se aproximado dos membros da tripulação, dizendo palavras inaudíveis.

Relatos de testemunhas alegam que ele se jogou em direção a um dos comissários com uma colher de metal quebrada, desferindo três golpes no pescoço.

O homem foi levado por policiais assim que a aeronave pousou no Aeroporto Internacional Boston Logan. Ele foi acusado de ameaçar a tripulação do voo e os comissários de bordo com uma arma perigosa.

Em um vídeo postado nas redes sociais, é possível ouvir o suspeito dizendo: "então, onde está a arma da segurança? Estou esperando que eles apontem a arma para mim para que eu possa mostrar a todos que vou morrer".

"Eu vou matar todos os homens neste avião", ele ameaça. Uma imagem mostra seis passageiros em cima de Torres tentando contê-lo.

De acordo com a WCVB, o homem disse aos investigadores que entrou no banheiro do avião e quebrou a colher ao meio para fazer a arma. Então, foi até a cozinha, desarmou a porta e tentou abri-la, sem sucesso. Ele teria admitido saber que, se abrisse a porta, muitas pessoas morreriam.

Em nota, a United Airlines diz: "Graças à ação rápida de nossa tripulação e clientes, um passageiro foi contido depois de se tornar uma preocupação de segurança no voo 2609 da United de Los Angeles para Boston. Temos tolerância zero para qualquer tipo de violência em nossos voos".

A primeira audiência do julgamento de Torres está marcada para hoje.

CHINA

Consulado tem fila para visto com venda de vaga na porta

Empresas que precisam enviar seus profissionais para viagens de negócios à China estão preocupadas com o gargalo na concessão dos vistos no consulado em São Paulo.

Brasileiros que deram início ao processo de obtenção de visto estão aguardando até dois dias pelo atendimento presencial na capital paulista. O agendamento online foi suspenso, formando filas desde a madrugada na calçada do órgão, que atende 30 pessoas por dia.

Na tarde de ontem mais de 50 pessoas aguardavam na fila para serem recebidas hoje. O atendimento acontece das 9h às 12h e não é possível contato por telefone ou e-mail.

Um aviso na entrada do prédio afirma que o funcionamento deve ser normalizado até a metade de abril e pede que os solicitantes não esperem na rua. Porém, dezenas de pessoas aguardam com guarda-sol, cadeiras e fazem revezamento na rua Estados Unidos, região nobre de São Paulo.

Nem todos vão protocolar seus vistos. Há relatos de venda de vaga por até R$ 800.

Segundo a empresa de imigração Fragomen, o crescimento da demanda pelos serviços consulares chineses era esperado.

No ano passado, a empresa afirma que sua demanda de vistos para países asiáticos aumentou 197%.

Para Diana Quintas, sócia da Fragomen no Brasil, a tendência é que a demanda pelo visto chinês siga em alta.

"A China foi um dos últimos países a reabrir as fronteiras para estrangeiros e é um dos principais destinos do turismo de negócios no mundo hoje. Além dos brasileiros que precisam de vistos, o consulado também atende aos cidadãos chineses no Brasil. E São Paulo é o lugar com maior população de chineses. No consulado do Rio, o agendamento online está funcionando normalmente, mas os consulados da China seguem um critério de jurisdição, ou seja, moradores de São Paulo não podem ir fazer o visto no Rio", diz Quintas.

RÚSSIA

Belarus agora confirma ataque a avião-radar

Em mais um capítulo da novela de desinformação que permeia a Guerra da Ucrânia, o governo de Belarus confirmou ontem que houve um ataque com drone contra um poderoso avião-radar da aliada Rússia em uma base próxima de Minsk na semana passada.

Citado pela agência estatal Belta, o ditador Aleksandr Lukachenko afirmou que, contudo, o Beriev A-50 não sofreu mais do que danos superficiais, em oposição à destruição incapacitante relatada pelo grupo de oposição Bopil na segunda retrasada.